

ATA N.º 15

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
26-02-2016**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, António Manuel dos Santos Rodrigues, Manuel António Simões Martins, e José Francisco de Matos Rodrigues Leote. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Rui Vítor Pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Luís Filipe Dias Grácio, Marco Filipe Sá Geração e Carla Sofia Roma de Oliveira. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

Telma Cristina Antunes Jorge e António Silvino Costa Ferreira -----

Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

Pedro Miguel Faria Gonçalves. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, José David da Silva Ribeiro e Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram suspensão do mandato até 365 dias e ausência por período inferior a trinta dias, respetivamente. -----

Deu posse a Fernanda Maria de Matos Lopes, que substitui Mário André Balsa Gonçalves, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Mário de Matos Rodrigues, que substitui Marisa Sofia Cordeiro Parreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

Deu posse a António Manuel Henriques Miguel, que substitui Sara Paula Caetano Domingos, do Partido Socialista. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos novos membros, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou à votação as atas números 13 e 14. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO TREZE -----

A ata número treze, referente à sessão ordinária realizada em 28-09-2015, foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, quatro votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e uma abstenção do Partido Socialista, por não se encontrar presente na referida sessão. -----

Não votou a senhora deputada Kelly Silva por ainda não se encontrar presente. –

Relativamente à ata número catorze, no início da folha número seis, onde diz: António Rodrigues, deve-se ler: Mário Rodrigues. -----

VOTAÇÃO DA ATA NÚMERO CATORZE -----

A ata número catorze, referente à sessão ordinária de 27-11-2015, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor, sendo oito votos do Partido Socialista, três votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e duas abstenções, sendo uma do Partido Socialista, e outra do Partido Social Democrata, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Não votou a senhora deputada Kelly Silva por ainda não se encontrar presente. –

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Relativamente às atas e já o disse na reunião da comissão permanente e que gostava que respeitassem e que é o seguinte: -

Quando temos votações na assembleia, algumas bancadas quando têm um voto diferente, querem apresentar uma declaração de voto e que depois enviam para constar em ata, após insistência dos serviços da assembleia, elas não são enviadas para constar em ata, como elas não vêm, não podem constar. -----

As nossas atas dão algum trabalho, não são meros resumos, são autênticas transcrições daquilo que se passa na assembleia municipal, levam a algum tempo o que permite às bancadas enviarem essas declarações de voto. -----

Foi enviado para vosso conhecimento o relatório de homologação pelo Tribunal de Contas, referente à conta de gerência do ano de 2011. -----

Quanto às moções apresentadas, dou a palavra à CDU para apresentar as moções.” -----

MOÇÃO -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento reunida a 26/02/2016, conhecedora do Projeto de Resolução N.º 25/XIII/1.ª apresentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP em 26/11/2015 que propõe que a Assembleia da República se pronuncie pela imediata abolição da cobrança de taxas de portagem em toda a extensão da A23, cujo conteúdo se transcreve em anexo, consciente da importância positiva de tal medida para as populações dos concelhos da região servida pela A23 nos quais se inclui o de Entroncamento, decide: -----

- a. Manifestar o seu apoio a esta resolução e apelar aos deputados pelos distritos abrangidos pela A23 que desenvolvam todos os esforços para a sua aprovação, na

medida em que corresponde às aspirações das populações, autarquias e associações empresariais afetadas. -----

Anexo à Moção -----

Projeto de Resolução N.º 25/XIII/1.ª -----

Eliminação das portagens na A23 -----

26 novembro 2015 -----

A não aplicação de portagens nas chamadas SCUT foi sempre justificada com a necessidade de compensar as regiões do interior do país com medidas de discriminação positiva tendo em conta as manifestas assimetrias regionais existentes. Porém, o princípio do “utilizador-pagador” é hoje aplicado praticamente em todo o país, de forma cega, incluindo nas concessões consideradas SCUT e outras que nunca o foram e que foram sempre consideradas como vias sem portagens. Estão neste caso os troços da A23 entre Videla/Torres Novas e Abrantes Oeste, que nunca estiveram integrados na concessão da Scutvias e cuja manutenção é assegurada diretamente pela empresa Estradas de Portugal. -----

Acontece que a introdução de portagens na A23 tem tido consequências profundamente negativas para as populações e para o tecido económico das regiões atingidas. Trata-se de uma dupla discriminação das regiões do interior. Com efeito, essas portagens oneram de uma forma desproporcionada e injusta as populações e as empresas dos distritos de Santarém, Portalegre, Castelo Branco e Guarda. Para além de agravar as dificuldades económicas dos utentes, já duramente afetados por cortes salariais, por situações de desemprego e precariedade e por baixos níveis de rendimentos, esta medida conduz ao agravamento da situação económica de muitas empresas e dificulta em muito a vida de inúmeras pessoas que utilizam esta via para se deslocar diariamente para o trabalho ou para ter acesso aos hospitais que integram o Centro Hospitalar do Médio Tejo. -----

Acresce que não há alternativas à A23. Em diversos troços, a A23 foi construída sobre os anteriores itinerários tornando inevitável a sua utilização. Em outros troços, a não utilização da A23 obriga à circulação pelo interior das localidades. Em outros troços ainda, evitar a A23 obriga a circular em estradas quase intransitáveis. O trajeto entre Torres Novas e a Guarda sem passar pela A23, utilizando a EN 118, o IP2 e a EN 18, obriga a percorrer 231 quilómetros e demora seguramente mais de quatro horas. Pela A23, a distância é de 207 quilómetros e tem uma duração média de 2h10. Não há, como é evidente, nenhuma alternativa viável à A23. A introdução de portagens na A23 representou um retrocesso de décadas nas acessibilidades dos distritos de Santarém, Portalegre, Castelo Branco e Guarda. -----

Por outro lado, com a aplicação do princípio do «utilizador-pagador», o Governo transferiu o esforço financeiro coletivo e solidário do país para as populações que são obrigadas a custear a utilização desta infraestrutura, estruturante para as respetivas regiões. Desta forma, aumenta o custo por utilização, diminuindo gravemente os índices de eficiência desta via e gerando elevadas perdas de competitividade das empresas e o agravamento da qualidade de vida das populações afetadas. -----

A introdução de portagens na A23 tem suscitado um generalizado repúdio por parte das populações, autarquias e associações empresariais afetadas. O PCP, associando-se a esse justo protesto, apresentou na Assembleia da República o Projeto de Resolução n.º51/XII, que recomendava ao Governo a não introdução de portagens na A23, rejeitado em 8 de setembro de 2011; o Projeto de Resolução n.º 501/XII, pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT e a manutenção das atuais isenções até a eliminação das portagens, rejeitado em 23 de novembro de 2012; o Projeto de resolução 1016/XII, pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT, a extinção das

atuais Parcerias Público Privadas e a gestão pública na conclusão das infraestruturas rodoviárias., rejeitado em 14 de maio de 2014; e finalmente, o Projeto de Resolução n.º 1528/XII rejeitado no último dia de funcionamento da XII Legislatura. -----

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP apresenta o seguinte Projeto de Resolução: -----

Resolução -----

A Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, resolve pronunciar-se pela imediata abolição da cobrança de taxas de portagem em toda a extensão da A23. -----

Assembleia da República, em 26 de novembro 2015. -----

Projeto de Resolução 25/XIII -----

Eliminação das portagens na A23 [formato DOC] [formato PDF] -----

Autoria António Filipe (PCP), Paula Santos (PCP), João Oliveira (PCP), Rita Rato (PCP), Jorge Machado (PCP), Diana Ferreira (PCP), Carla Cruz (PCP), João Ramos (PCP) PCP. -----

2015-11-27 | Entrada -----

2015-11-30 | Publicação -----

[DAR II série A N.º.13/XIII/1 2015.11.30 (pág. 9-10)] 2015-12-01 | Admissão -----

2015-12-01 | Baixa comissão para discussão -----

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas – Comissão -----

Intervio **Fernanda Alves**: “Compreendemos as justificações e fundamentações que a CDU apresenta, no entanto, apesar de considerarmos que os utentes da A23 já estão bastante sobrecarregados, quer pelos problemas do dia a dia e por todas as limitações que têm e as empresas. -----

De qualquer forma, o pedido de isenção de taxas a nosso ver, é um pouquinho forte demais, ou seja, a bancada do Partido Socialista analisou e considera que seria uma irresponsabilidade, ainda que concordemos claramente com a moção, mas, no momento em que temos regras em que somos obrigados a atender, em que há cumprimentos, em que iria de uma forma beneficiar os utentes, mas depois prejudicar por outro lado, a bancada do Partido Socialista está mais virada para que haja uma redução de custos relativamente às taxas e não a isenção como é apresentada. -----

Da forma como está apresentada, a bancada do Partido Socialista irá abster-se.” –

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “Como diz o poeta “*mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*”, “*todo o mundo é composto de mudança*”, de facto, as qualidades agora são um bocadinho discutíveis. -----

O Partido Socialista durante muitas assembleias votou a favor da retirada das portagens na A23 e com toda a legitimidade e razão, aliás, os autarcas do Médio Tejo debateram-se todos por isso, Médio Tejo, Beira Baixa, Beira Alta, porque de facto, a A23 é o único acesso minimamente condigno que as populações destas regiões têm. -----

Ainda hoje passei na A23, fiz o percurso até Abrantes, devo dizer que a estrada está uma miséria, completamente abandonada, chovia de uma forma significativa e a viagem é feita com perigo, ainda por cima a pagar portagem. -----

Acho que é completamente legítimo que se peça, como até agora foi feito, que esta assembleia vote favoravelmente a proposta apresentada.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “Este tema foi tratado aqui várias vezes, como o senhor deputado Luís Grácio disse. -----

Além de ser tratado aqui, foi tratado em sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo muitas vezes também, tomámos várias diligências no anterior mandato

sobre a A23 e discutimos o assunto com todos aqueles que se quiseram juntar aos deputados da Comunidade Intermunicipal no último mandato. -----

O PSD sempre foi perentório sobre qual seria a solução que devia ser adotada de raiz, que era o nó de Torres Novas até às Mouriscas não ser portajado, isto é a posição do PSD, da Comunidade Intermunicipal e desta Assembleia Municipal há anos. -----

O nó entre Torres Novas e Mouriscas não ser portajado porque foi financiado como todos sabem e o nó das Mouriscas em diante na A23, ser portajado com valores equivalentes ao preço do quilómetro da A1. -----

Esta é a opção razoável que há muitos anos nós defendemos, sabemos que não é aquelas que todos defendem, sabemos que muitos andaram a defender tudo e o seu contrário, agora é altura de provarem que tudo e o seu contrário não dá, mas para isso, cá está o Partido Comunista muito bem a alertar o partido do Governo sobre as promessas que se fizeram e disseram que eram exequíveis, agora é altura de se mostrar que podem efetivamente pôr no papel. -----

Nós pela nossa parte vamos continuar a dizer, o que nos parece exequível e justo, de que o nó da A23 entre Torres Novas e Mouriscas não seja portajado, a partir das Mouriscas até ao fim da A23, seja portajado a valores equivalentes ao da autoestrada do Norte, que é a autoestrada de referência no nosso País.” -----

Proseguiu **Telma Jorge**: “É com alguma admiração e estranheza da nossa parte, a postura da bancada do PS relativamente a esta questão. -----

Nós vamos manter a questão como é óbvio. -----

A introdução de portagens na A23 tem tido consequências profundamente negativas para as populações e para o tecido económico das regiões atingidas, não há alternativas à A23, em diversos troços ela foi construída sobre os anteriores itinerários tornando inevitável a sua utilização e por outro lado, com a aplicação do princípio do «utilizador-pagador». -----

Se a bancada do PS se vai abster, é uma posição vossa, que a nós não nos parece nada coerente.” -----

Referiu **Marco Geração**: “Queria acrescentar uma coisa que para mim é evidente, embora nós estejamos a discutir a A23 que é uma autoestrada com uma extensão que ultrapassa o Entroncamento, nós podíamos ver qual é que é o impacto que tem a portagem da A23 no Entroncamento. -----

Acontece que existe uma grande afluência pela estrada nacional que passa pelo Entroncamento, certamente que existirão que estradas municipais terão que ser arranjadas devido a esse excesso de fluxo e será o município do Entroncamento que terá que pagar pelo arranjo dessas estradas. -----

Daí, mais uma evidência, mais um argumento, para que a A23 seja utilizada para aquilo que foi concebida, ou seja, sem custos para o utilizador.” -----

António Ferreira referiu: “A moção vem acompanhada de um texto que não foi lido, mas é bem claro e traduz um pouco aquilo que foi a luta de todos nós no passado. –

Nós temos três cidades grandes e temos o Entroncamento pelo meio, que hoje é uma cidade com uma certa dimensão, e essas ligações entre as três cidades são feitas pela A13 e pela A23, nós não temos capacidade de desenvolvimento na nossa zona para termos os camiões e veículos a circularem por estradas alternativas que hoje são estradas dentro de localidades, com troços urbanos, com lombas e uma série de restrições, isto não é eficiente para a nossa economia em termos locais. -----

A A23 neste momento, custa muito mais aos contribuintes mesmo com portagens do que sem portagens, por uma razão muito simples, está completamente vazia, não tem

eficiência do conjunto da economia nacional, as taxas que estamos a pagar, não dão para a manutenção. -----

Assumam as vossas responsabilidades naquilo que foi o passado.” -----

Pediu a palavra **Fernanda Alves**: “Compreendo a posição da CDU, a bancada do PS não está obviamente contra o conteúdo da moção, no entanto, parece-nos a nós, que no momento em que as contas públicas têm que ser conciliadas, em que não podemos aumentar despesa, não podemos pôr em causa as receitas. -----

Pensamos também, que em alternativa devia-se ter em conta outras estruturas que têm que ser mantidas e que não está patente nesta moção. -----

No momento que atravessamos, uma redução destas taxas sim, a eliminação não.

Gostaria de ler uma declaração de voto que a bancada do PS tem relativamente a este assunto. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO -----

A bancada do Partido Socialista representada na Assembleia Municipal, considera que, apesar de ser justa e claramente positiva a moção aqui apresentada sobre a A23, na medida em que vai ao encontro da defesa dos interesses das populações envolvidas e das empresas que inevitavelmente a utilizam no prosseguimento dos seus negócios, não pode, tendo em vista os efeitos negativos que tal medida acarretaria, votar favoravelmente tal pretensão. -----

Consideramos, em alternativa, que seria benéfico aplicar-se uma redução dos custos por parte dos utentes da A23, diminuindo assim as dificuldades financeiras do seu dia-a-dia, sem pôr em causa o equilíbrio das contas públicas que a isenção das taxas iria provocar. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por maioria com oito votos a favor, sendo dois votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária e três votos do Bloco de Esquerda, cinco votos contra do Partido Social Democrata e dez abstenções, sendo sete do Partido Socialista, uma do Centro Democrático Social e duas dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “No respeito da memória que ainda tenho e sempre defendi, acredito e a 1ª secretária também, porque já defendemos no passado uma posição, não podemos posteriormente defender o seu contrário.” -----

Presente outra moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária: -----

MOÇÃO -----

O Orçamento do Estado para 2016 e as autarquias locais -----

Considerando que a proposta de OE para 2016. -----

- Elimina alguns constrangimentos à gestão autónoma dos recursos próprios das autarquias locais, designadamente no domínio da gestão do pessoal ao seu serviço, e minimiza outros, como aspetos relacionados com a execução da lei dos compromissos ou com a consignação forçada de algumas receitas; mantém um quadro geral de deveres de informação e um regime sancionatório próprios do exercício de tutelas de mérito e integrativa que a Constituição da República expressamente veda; -----

- Persiste no crónico incumprimento da Lei das Finanças Locais, avaliado em cerca de 300 milhões de euros às autarquias, tão mais incompreensível quanto a abrupta redução das receitas a que foram sujeitas, quer com a imposição da nova Lei de Finanças Locais, quer com os cortes impostos desde 2011. -----

A Assembleia Municipal, reunida 26/02/2016, delibera: -----

-
1. Saudar e valorizar as disposições que visam eliminar ou minimizar alguns dos constrangimentos à autonomia do poder local, designadamente quanto à eliminação de consignações e as restrições à contratação de pessoal; -----
 2. Condenar o prosseguimento da sonegação dos recursos que a Constituição e a Lei atribuem às autarquias locais e reclamar o cabal respeito pela Lei das Finanças Locais; -----
 3. Reclamar medidas urgentes que ponham fim às mais diversas formas de tutela não estritamente inspetiva e reponham um quadro conforme ao regime de autonomia prescrito pela Constituição da República. -----
 4. Enviar a Moção para os seguintes órgãos: Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro das Finanças, Grupos Parlamentares, Órgãos de Comunicação Social. -----

Continuou **António Ferreira**: “As últimas leis de financiamento das autarquias locais, foram cada vez mais restritivas, a primeira Lei apareceu em 1979. -----

São cada vez mais restritivas e não são cumpridas, aliás, por isso é que já vai na sexta lei do financiamento das autarquias. -----

Acresce a isto, uma série de problemas que advém do governo anterior, que retirou muitas verbas e uma parte do financiamento às autarquias, com imposições cada vez mais preocupantes e tiram a autonomia.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Já discutimos esta tipologia de questões várias vezes nesta casa, sobre a Lei das Finanças Locais. -----

Foi a Lei das Finanças Locais que nos últimos anos permitiu a recuperação financeira de muitos órgãos autárquicos do País, toda a gente sabe, mesmo que o Partido Comunista Português continue a dizer que não e a contrariar esta opção, é uma opção política, eu não vejo em que medida é que a Lei das Finanças Locais até ao dia de hoje, impediu que esta casa funcionasse como funcionava em qualquer outra altura. -----

Quando nós, falamos de que os constrangimentos à gestão autónoma, ninguém tirou autonomia a um órgão autárquico, ninguém tirou autonomia a um órgão que tenha autonomia que lhe é dada por outra qualquer lei anterior, depois da Lei das Finanças Locais. -----

O PCP vem uma vez mais, colocar um garrote sobre todas estas medidas e ideias e vem pôr tudo no mesmo saco, dizendo que as autarquias estão mal, não conseguem fazer aquilo que deviam fazer, porque há um mau papão que é o Governo que criou uma Lei das Finanças e agora, saúda o Governo que está de mão dada, afinal eles não são maus, mas por outro lado, a Lei das Finanças Locais ainda cá está e ainda não a tiraram.

Isto é mais ou menos este estilo de ameaça, por um lado está tudo muito bem, mas por outro, vejam lá se no próximo Orçamento não tiram a Lei das Finanças Locais, se calhar já não é aprovado o Orçamento. -----

Percebe-se perfeitamente a ideia, não é nova, mas nós obviamente não a acompanharemos.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**:” A Lei das Finanças Locais da autoria do PS é tão boa, que reduziu de 23,5% a participação das autarquias no bolo todo dos três principais impostos, para 19,5% e mesmo assim, esses 19,5% em 2015 não foram cumpridos. -----

Quanto à questão do garrote da Lei dos Compromissos, numa perspetiva muito atual, que é centralizar o poder no Estado Central, retirar competências às autarquias e transformar as autarquias em meras lojas do Poder Central.” -----

Referiu **Fernanda Lopes**:” A bancada do PS está de acordo, não vê inconveniente e vai votar favoravelmente esta moção.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “Não querendo ser advogado de ninguém, mas de facto, na leitura desta moção não encontro aqui, nada que diga que há municípios melhores ou piores, os municípios gerem os recursos que têm da forma que são capazes de gerir, uma coisa é certa, todos os municípios foram prejudicados com a Lei das Finanças Locais, as transferências do Poder Central para o Poder Local diminuíram em todas as rúbricas. –

Independentemente da Lei dos Compromissos que aqui foi a florada que é uma das formas fora da Lei das Finanças Locais, mas só a Lei das Finanças Locais em si própria, retira receitas às autarquias e eles são necessárias para as populações e portanto, nós vamos votar favoravelmente.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Ouvi o que disse o senhor deputado António Ferreira, e deixe-me só relembrar uma coisa: Enquanto as autarquias continuarem a ter capacidade de fazer as devidas atividades que pretendem fazer de forma livre e sem lhes impedirem que decidam como fazem e aonde fazem, não há nenhum constrangimento à autonomia local. -----

Qualquer autarquia como a nossa, continuar a prestar serviços às crianças nas escolas, como é obrigada a fazê-lo, e o fizer, não está a ser limitada a sua autonomia. ----

Enquanto uma autarquia como a nossa fizer festas da cidade, com os artistas que lhe apetece, pagando aquilo que os próprios artistas escolhem e não o que o município diz que tem de pagar, não há aqui nenhuma limitação à autonomia da autarquia. -----

Parece muito difícil de explicar esta moção da CDU, quando não há em momento algum limitação às operações de uma autarquia, quando as escolhas políticas são dos executivos que estão em vigor e em momento algum eu me lembro desta casa por exemplo, não ter prestado um serviço que devia ter prestado por força da Lei do financiamento. -----

Respondeu **António Ferreira**: “Esta Lei dos Compromissos juntamente com a Lei das Finanças Locais, representou até ao momento, menos 25.000 trabalhadores nas autarquias locais. -----

As autarquias locais neste momento são forçadas a economizar, andam as autarquias a fazer um esforço enorme por meio de constrangimento, das dificuldades em satisfazer as populações, para o Governo Central não fazer nada.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e um voto do Centro Social Democrático. -----

A Coligação Democrática Unitária, apresentou a seguinte Moção: -----

MOÇÃO -----

Pela revogação da proposta no OE que retoma o corte do direito de transporte aos ferroviários do ativo e reformados e seus familiares.

Considerando que;-----

- A Assembleia Municipal do Entroncamento, desde o início optou por se colocar ao lado dos trabalhadores e reformados ferroviários, na sua luta contra a retirada do direito ao transporte, em vigor há mais de 100 anos no caminho de ferro; -----
- Foi com satisfação e entusiasmo que assistimos à aprovação na Assembleia da República das recomendações no sentido da reposição desse direito, que teve seguimento na reposição efetiva, embora ainda não na totalidade, por decisão da administração da CP; -----
- Na proposta de Orçamento do Estado para 2016, o governo,

inexplicavelmente, volta a colocar o princípio de proibição do direito ao transporte; -----

- A proposta do governo, a ser aprovada, significaria que, esse direito, seria novamente retirado, depois da luta prolongada e persistente dos trabalhadores e reformados. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida a 26 de fevereiro, decide:

- Reclamar que sejam respeitadas as recomendações aprovadas na Assembleia da República e que o conteúdo do artigo 92º da proposta de Orçamento do Estado seja expurgado do documento final quer vier a ser votado no plenário da AR; -----

- Manifestar, desde já, toda a solidariedade com trabalhadores e reformados ferroviários, caso este governo abra nova fase de confronto com trabalhadores e reformados ferroviários, na defesa deste direito centenário no caminho de ferro; -----

- Aprovar em minuta esta moção e enviar com a maior urgência para os Órgãos da Assembleia da República, Governo, Grupos Parlamentares e Ministério da Tutela. -----

Usou da palavra **Mário Rodrigues**: “Vou colocar uma questão que não é nova, no qual o fundamento mais importante pela qual aqui aparece, ou seja, numa altura das dificuldades quando o Governo anterior retirou aos Ferroviários as suas concessões de viagens, através de um Orçamento de Estado e depois vimos esta atual maioria de esquerda na Assembleia da República, ver repostos em parte ou grande parte, as concessões de viagens aos seus trabalhadores Ferroviários, aos reformados e familiares.

Todavia, na atual proposta que está em cima da mesa do Orçamento de Estado, no seu artigo 92º pela sua filosofia as respetivas concessões seriam de novo retiradas. -----

No princípio do ano de 1980, fiz parte do grupo negociador no Ministério do Trabalho, que melhorou o atual regulamento de concessões de viagens e como tal, coube-me a mim esta missão de colocar aqui este assunto e já agora, permitam-me dizer que é de todo justo, já que as concessões de viagem têm mais de cem anos.” -----

Prosseguiu **Luís Grácio**: “Esta luta dos Ferroviários tem sido uma luta prolongada, sofreu avanços e recuos e o grande avanço que teve, foi ainda antes da formação deste Governo, que teve mais de três aprovações de moções dos diversos partidos que dão apoio ao Governo antes de ele ser criado, das reposições das concessões de viagens aos Ferroviários e familiares. -----

De uma forma um pouco inexplicável, aparece no Orçamento de Estado, o artigo 92º a aplicar a mesma terminologia do anterior Orçamento, não sei se houve algum engano indevido, mas de facto, é um bocado incompreensível como é que estas coisas ocorrem, atendendo não só à justeza da questão em presença, como inclusivamente à insignificância do valor, do ponto de vista orçamental que estas concessões têm. -----

O Bloco de Esquerda já se pronunciou diversas vezes sobre esta problemática e vai votar a favor desta moção.” -----

Continuou **Fernanda Alves**: “Relativamente a esta questão é um assunto que diz respeito a uma grande maioria dos entroncamentenses, é uma luta como já foi aqui dito, já vem de algum tempo, inclusivamente de uma comitiva do Entroncamento que se dirigiu à relativamente pouco tempo à Assembleia da República, na defesa destes direitos dos trabalhadores e portanto, no seguimento daquilo que tem sido feito, é evidente que é nossa intenção votar favoravelmente esta moção.” -----

Referiu **José Baptista**: “Este assunto já foi discutido nesta casa várias vezes, não é estranho a ninguém e portanto, não é uma surpresa para ninguém o que discutimos aqui hoje. -----

Em primeiro lugar o aproveitamento político do assunto. -----

Quando há uns meses atrás, uma delegação política acompanhou cidadãos no absoluto direito das suas vontades, foram à Assembleia da República, enganaram as pessoas dizendo que, aquela coisa que estava a ser votada na Assembleia da República, lhes ia dar direito a andarem de comboio sem problema nenhum, na verdade, o que aconteceu, foi que o Orçamento de Estado para 2015, ao deixar de estar em vigor, a norma do artigo 143º deixando de estar em vigor, obviamente que as empresas a única coisa que tinham de fazer era permitir novamente aos trabalhadores terem o acesso livre que tinham anteriormente. -----

Acontece que, houve uma comitiva política deste município, para a qual a vereadora deste município não foi convidada, deslocou-se à Assembleia da República e portanto, aclamaram a votação daquele projeto, como aquilo fosse a solução de tudo, sabendo-se que aquilo não era solução de nada, e portanto, isto só espanta quem andou a fazer teatro, a enganar pessoas de forma taxativa, sem mentir a ninguém. -----

Quem quis fazer teatro, vem agora muito admirado a dizer como é que é possível, um erro tão grande no Orçamento depois de termos prometido isto, tão bem prometido.

Acontece que o artigo 92º, número 3, do Orçamento de Estado, se refere aos direitos de outras concessões de outras empresas de transporte, mas não aos Ferroviários, porque as concessões dos Ferroviários, passaram a ser reguladas pelo regulamento autónomo do ACT de 1999 e não no regulamento coletivo como vem no Orçamento de Estado, não sei se isto foi de propósito a ver se passava. -----

Isto não espanta ninguém, só espanta quem anda distraído e quem andava a brincar com as pessoas, houve uma reunião de câmara há duas semanas atrás, em que os trabalhadores Ferroviários cá estiveram e vieram perguntar ao poder político o que é que tinha acontecido, e o que é que os políticos responderam? Vamos esperar pela resposta.”

Pedi a palavra **Mário Rodrigues**: “A bancada da CDU também não foi convidada para ir a Lisboa. -----

O papel enorme que o nosso camarada e vereador da câmara David Ribeiro teve, inclusivamente chegou a estar detido para averiguações, foi uma luta enorme por aquilo que o David Ribeiro já passou. -----

As concessões de viagem foram revertidas na Assembleia de República nos termos de uma resolução que foi apresentada inicialmente pelo Partido Comunista Português e posteriormente pelo Bloco de Esquerda, tendo todos os partidos da esquerda votado a favor dessa resolução, até que, entretanto, chegasse o Orçamento do Estado.” –

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pela Coligação Democrática Unitária, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente Carla Roma apresentou a seguinte Moção: -----

MOÇÃO -----

O rio Tejo e os seus afluentes têm vindo a ser alvo de uma crescente vaga de poluição, com graves implicações para a qualidade das águas e da sua biodiversidade, para os campos e conseqüentemente das populações. -----

A contaminação começa em território espanhol, com a utilização de fertilizantes numa agricultura intensiva; eutrofização gerada pela estagnação das barragens da estremadura, descarga de águas residuais urbanas espanholas, sem adequado tratamento e, sabemos agora também, com a contaminação proveniente da Central Nuclear de Almaraz. -----

Esta central Nuclear, situada no rio Tejo apenas a 100 Kms da fronteira portuguesa é a central nuclear em operação mais velha de Espanha e deveria ter encerrado em 2010, mas o seu tempo de vida foi prolongado. Em 2015 chumbou num dos testes de resistência pedidos pela Greenpeace, evidenciando a falta do mesmo tipo de válvulas que permitiu o acidente nuclear em Fukushima, no Japão. No início de fevereiro, inspetores do Concelho de Segurança Nuclear de Espanha tinham alertado para “falhas no sistema de arrefecimento de serviços essenciais para a central nuclear” e no passado Domingo dia 21 de fevereiro, a administração desta Central nuclear tornou público que um dos equipamentos “sofreu uma paragem às 5h35”, desconhecendo-se ainda as causas que originaram o incidente. O risco de contaminação radiológica do rio Tejo existe, assim como o risco de acidente nuclear. -----

Já em solo Português, na área da sua bacia hidrográfica que abrange as zonas da Beira Baixa, Alentejo e Ribatejo, os baixos caudais revelam o grau de poluição atualmente existente. O acordo de Albufeira, que regula os caudais dos rios internacionais, não está a ser cumprido por Espanha: a água é propositadamente retida na Extremadura espanhola, em diversas barragens e uns dias o caudal do Tejo é exíguo, ficando o peixe a morrer por falta de oxigénio ou tornando-se presas fáceis, outros dias é elevadíssimo, de forma a cumprir as cotas acordadas. -----

Em Portugal a poluição do Tejo continua por via da agricultura, indústria, nomeadamente, da pasta de papel e alimentar, suinicultura, águas residuais urbanas e outras descargas de efluentes não tratados, muitas vezes em total desrespeito pelas leis em vigor, e sem a competente ação de vigilância, controlo e punição pelas autoridades responsáveis. -----

Em resposta a uma pergunta escrita dos Deputados do BE, Carlos Matias e Jorge Costa, o Ministério do Ambiente revelou as seguintes “*potenciais fontes de poluição: Vila Velha de Rodão: Celtejo, Centroliva, Fossa da zona industrial da Câmara Municipal; Mação: ETAR/Fossa de Ortiga I e II, das Águas de Lisboa e Vale do Tejo (...); Abrantes: ETAR da empresa Queijo Saloio.*” -----

A situação do rio Tejo, recurso hídrico estruturante para a nossa região, tem graves implicações na qualidade das águas, dos campos, na pesca e para a saúde das pessoas. Impede ainda o aproveitamento potencial da região ribeirinha para práticas de lazer e de turismo fluvial. -----

Perante o exposto, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária delibera: -----

Recomendar ao Governo de Portugal: -----

1º Que o cumprimento da Diretiva Quadro da Água, ou seja a garantia de um bom estado ecológico das águas do rio Tejo não seja protelado para 2021 e 2027; -----

2º. O estabelecimento e quantificação de um regime de caudais ecológicos, diários, semanais e mensais, refletidos nos Planos da Bacia Hidrológica do Tejo, em Espanha e em Portugal, e na Convenção de Albufeira; -----

3º. A ação rigorosa e consequente da fiscalização ambiental contra a poluição, crescente e contínua, que cada vez mais devasta o rio Tejo e os seus afluentes; -----

4º. A intervenção junto do governo espanhol com vista ao encerramento da Central Nuclear de Almaraz, eliminando a contaminação radiológica do rio Tejo e o risco de acidente nuclear; -----

5º. A realização de ações para restaurar o sistema fluvial natural e o seu ambiente, nomeadamente, a reposição da conectividade fluvial. -----

6º. Enviar esta moção à Comunicação Social e a todas as autarquias da região; -----

7º. Propor às autarquias da região: a realização de um Plenário de todos/as os/as autarcas, aberto à população, para uma tomada de posição pública conjunta em defesa do Rio Tejo- -----

Continuando, **Carla Roma** referiu: “A título informativo, gostava de deixar aqui o convite, para este domingo dia 28, o Bloco de Esquerda está a promover uma ação em defesa do Rio Tejo, em Abrantes, pelas 17 horas.” -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “O CDS-PP Entroncamento irá votar favoravelmente esta moção, mas gostaria de ver contemplada também, se os nossos colegas do Bloco de Esquerda não se sentirem melindrados com isso, contemplasse aqui nos pontos o Rio Almonda, que inclusivamente tem duas valas que desaguam no Rio Almonda, que passam pelo nosso concelho e que estão poluídas. -----

O Rio Almonda, sendo o único rio que faz alguma parte do regadio no final do concelho de Torres Novas e início da Golegã, em que muita da água que é retirada irá para a agricultura, principalmente produtos hortícolas que todos nós consumimos na nossa cidade e seria de bom tom que isso fosse incluído na moção.” -----

Proseguiu **António Ferreira**: “A CDU na última Assembleia da Comunidade Intermunicipal levantou a questão. -----

Nós não nos baseamos tanto no Rio Tejo, até fomos chamados à atenção porque não estarmos a basear no Rio Tejo, nós vamos aprovar a moção, mas é preciso ter em atenção isto: -----

A culpa da poluição do Rio Tejo não é só dos espanhóis, há um perigo grave com a central nuclear, no entanto nós também temos grandes responsabilidades, até o Entroncamento tem essas responsabilidades, mas com a construção da nova ETAR, penso que uma parte daquilo que contribuímos para a poluição do Rio Tejo seja resolvida. -----

Não é só aquilo que vem de Espanha, é aquilo que vem dos nossos rios em termos locais, que foi assim que eu levantei na Assembleia Intermunicipal, que é questão do Rio Alviela que é o mais poluidor da zona, a questão do Rio Almonda que tem uma certa poluição que vai para a reserva natural do Boquilobo, a questão do Rio Nabão, isto são rios com alguma dimensão e depois as ribeirinhas que há por aí e algumas que vêm ter ao Entroncamento, que é o caso da ribeira que desagua na Barragem do Bonito, proveniente do território de Torres Novas. -----

Se queremos turismo de qualidade, se queremos atrair turistas para a nossa zona, temos que fazer muito nesta área e não só culpar os espanhóis. -----

A Direção da Comunidade Intermunicipal reuniu com o Ministério da Tutela na Assembleia da República nas últimas semanas, e portanto, aquelas preocupações que nós levantámos na Assembleia Intermunicipal tiveram um resultado prático.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “Devo referir que esta moção não fala principalmente da questão de Almaraz, Almaraz vem aqui por uma questão pertinente e potencialmente perigosa, tem a ver com falhas graves que aconteceram na própria central, detetadas e investigadas pela entidade responsável em Espanha pelo controlo das Centrais Nucleares e estamos a falar de um perigo, que tem uma dimensão que nem dá para comparar relativamente à restante poluição. -----

Temos vários parágrafos em que falamos da resposta que o Ministério do Ambiente deu à pergunta que lhe foi endereçada na Assembleia da República, onde identifica não só os locais com as firmas que são potencialmente poluidoras, inclusivamente um conjunto de afluentes nomeadamente, o Alviela, o Almonda, Rio Maior, que vão todos desaguar ao Rio Tejo e que fazendo parte da Bacia Hidrográfica

do Tejo, acabam por ser uma componente fundamental da poluição que o Rio Tejo está a sofrer. -----

Este processo começou de uma certa medida a ser despoletado por uma intervenção da PEGOP, com o travessão do Tejo, que é proibido por Lei, colocar uma travessia completa de um lado ao outro, os pescadores não podem fazer isso com a colocação de redes e eles fizeram um travessão completo do tejo para reterem água para o arrefecimento da Central Termoelétrica do Pego. -----

Nós estivemos lá, falámos com os pescadores e eles manifestam-se e de facto viu-se, o Rio Tejo está a morrer, a poluição é uma coisa incrível, os níveis de espuma, as águas completamente poluídas em Ortiga e Vila Velha de Ródão é uma coisa impressionante, a própria vegetação está a apodrecer. -----

Vamos aceitar a sugestão dada pelo Pedro, é pertinente, apesar da moção fazer referência à Bacia Hidrográfica do Tejo, que abrange todos os afluentes do Tejo, mas acho que podemos concretizar em sede da comissão permanente chegarmos a pontos mais concretos e acrescentar mais alguns dados que sejam pertinentes.” -----

Referiu **José Baptista**: “Este tema para quem não se preocupou com ele ao longo dos últimos anos, parece uma coisa nova, mas não é. -----

Há muitos anos, o deputado Jorge Lacão fez uma Conferência de Imprensa sobre o estado do Tejo e depois dessa Conferência de Imprensa, numa mais deu sinais de vida sobre o assunto. -----

Passados dez ou quinze anos, percebeu-se que realmente o rio Tejo estava a morrer, houve muita gente distraída porque havia coisas muito mais interessantes e davam muito mais fogo à peça para a televisão. -----

Ao longo dos últimos anos, houve um trabalho muito grande entre o Ministério do Ambiente, os deputados eleitos pelo distrito de Santarém e a Agência Nacional para o Ambiente, sobre assuntos do Tejo. -----

No passado fim de semana em Ródão, houve o encontro de alguns pescadores, numa manifestação pura, em que incendiaram um barco por causa do estado do rio. ----

Depois da visita de alguns deputados, pescadores, homens que conhecem bem o rio e gente da Comunidade Intermunicipal, detetou-se que uma das fontes poluidoras era uma fábrica de produção de azeites, essa fábrica tornou público que vai cessar a sua exploração por estes dias, a verdade é que um ou dois dias depois, na Ortiga, concelho de Mação a água do Rio Tejo estava límpida depois de cessar a produção dessa fábrica, há coisas que não acontecem por acaso e a água não ficou límpida naquele sítio, provavelmente terá sido um dia, depois voltou à mesma coisa. -----

A fiscalização não tem funcionado verdadeiramente, temos que assumir isso. ----

Gostei muito de ouvir falar a CDU sobre a ETAR do Entroncamento, vejo que o contrato programa que o anterior executivo fez com as Águas para a construção da ETAR valerem de alguma coisa. -----

Esta moção é obviamente uma moção de todos, acho que ninguém se arriscaria a votar contra ou sequer a abster-se, isto é básico, não há aqui nada que contrarie uma norma, só vem aqui pedir que sejam tomadas responsabilidades. -----

Nós não nos podemos lembrar que temos responsabilidades porque estamos na oposição, amanhã já não temos responsabilidades porque estamos no Governo, há coisas muito sérias para fazer aqui e o trabalho que tem sido feito ao longo dos últimos anos, tem que ser continuado para isto dar nalguma coisa. -----

Obviamente que vamos votar a favor, sendo certo que contamos com o Bloco de Esquerda, para que junto do partido do Governo, fiscalize e tome nota de que isto é realmente para levar à frente e para ser efetivamente realizado.” -----

António Rodrigues referiu: “A bancada do PS vai obviamente votar a favor desta moção do Bloco de Esquerda. -----

Não há qualquer tipo de dúvidas que há muitos pescadores que fazem desta atividade o seu sustento da pesca do rio. -----

Esta bancada está solidária com todos os pescadores, bem como também está solidária com o Movimento Pró-Tejo. -----

Estamos preocupados com a real contaminação do rio pela utilização abusiva e intensiva de fertilizantes, por parte dos agricultores espanhóis, mas como já aqui foi referido, não é só o problema dos espanhóis, é também um problema nosso. -----

Há também a possibilidade de contaminação radiológica da Central Nuclear de Almaraz para o rio. -----

Para terminar, esta bancada do PS levanta aqui um repto aos munícipes aqui presentes, àqueles que nos seguem em casa via online, a todos os deputados aqui presentes, para que amanhã ou hoje mesmo, assinemos uma petição online contra a poluição do Tejo e seus afluentes. -----

Penso que desta forma, estamos a fazer um contributo singelo e importante para que o Tejo volte a ser aquilo que nós conhecemos e que deixemos esse legado para os nossos filhos e netos verem esse Tejo bonito, um rio translúcido e que os peixes possam viver saudavelmente.” -----

Pedi a palavra **Mário Rodrigues**: “A bancada da CDU votará favoravelmente esta moção, no entanto, permitam-me que possa acrescentar duas ou três questões que do nosso ponto de vista são importantes. -----

O problema da água do Tejo, para além da Central Nuclear de Almaraz constituir um perigo enorme, já devia estar fechada nesta altura, há também uma série de afluentes já aqui referidos, mas permitam-me que diga uma coisa muito importante e curiosamente foi através de câmara municipal que os problemas do Tejo começaram a ter algumas percussões. -----

Eu próprio já fiz dezenas de e-mails para todos os Grupos Parlamentares a alguns anos a esta parte, independentemente do poder político que estava. -----

Quando a alguns anos a Câmara Municipal de Abrantes fez aquelas obras ao Rossio ao Sul do Tejo em Abrantes, que começou sucessivamente nos anos seguintes a acontecer, praticar desporto muito bonito, também sou a favor do desporto, mas atenção que há coisas que na sua biodiversidade, pelo equilíbrio da natureza, nunca devia ter sido permitido ser feito. -----

Por exemplo, nesta época em que estão a arribar as lampreias, o sável e as sabogas, chegam àquela parede em Abrantes param e não sobem mais, apesar de haver canais, os pescadores da zona de cima, tiveram que trazer os seus barcos e irem pescar para a zona de Rio de Moinhos. -----

Depois foi a Central do Pego, também fizeram um muro e ultimamente não contentes com aquele muro que tinham lá feito, fizeram outro, em que estive com a senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, no dia 21 de dezembro do ano passado, em que andavam lá camiões a tapar aquilo tudo, só havia um canal com dois ou três metros. -----

Permitam-me só meus caros amigos do Bloco de Esquerda de dizer o seguinte: Creio que esta moção é justa, para além de ser dirigida à comunicação social e a todas as autarquias da região, mas se os meus amigos me permitem, proponha o seu envio aos Ministérios respetivos, incluindo o Gabinete do senhor 1º ministro e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.” -----

Interveio **Marco Geração**: “Queria chamar à atenção para a importância e prioridade que é Almaraz a Central Nuclear em Espanha, se alguma coisa de mal acontecer naqueles reatores e a água tiver que passar por lá, nós vamos ter que deixar de morar aqui e a cinquenta ou cem quilómetros daqui. -----

Portanto, minorar ou reduzir a importância do que é a situação do outro lado da fronteira, é tentar tapar o sol com uma peneira. -----

A questão da poluição do Tejo em Portugal é importante e precisa de ser endereçada de várias formas pelo Governo Nacional, no entanto, acho que é uma mais-valia, as autarquias que vivem junto do rio e cujos habitantes têm influência do rio, tanto a nível comercial, lúdico, ou outros níveis, de serem mobilizadas por este problema que é a Central Nuclear de Almaraz.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Prosseguindo, o Bloco de Esquerda apresentou a seguinte Proposta de Recomendação: -----

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

No próximo dia 2 de abril, comemora-se o 40.º aniversário da aprovação da Constituição da República Portuguesa. -----

Nela estão alicerçadas as bases da autonomia do poder local. -----

A 12 de Dezembro de 1976, realizaram-se as primeiras eleições locais, as quais iniciaram a caminhada das populações pela descentralização democrática, que tem mobilizado a participação dos cidadãos. -----

Tem sido no uso pleno da descentralização democrática que as populações através dos seus órgãos próprios, câmaras, assembleias municipais e juntas de freguesia, têm feito emergir a coletividade como detentora de vontade e poder próprios. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento recomenda que Câmara Municipal desenvolva as diligências necessárias para realizar iniciativas que assinalem estas datas e conjuntamente com a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, definam o seu formato tendo em consideração a importância destas datas para as populações e o poder local. -----

Continuando **Luís Grácio** referiu: “A proposta de recomendação que fazemos tem a ver com datas importantes da nossa democracia. -----

Dia 2 de abril faz 40 anos que foi votada e aprovada a nossa atual Constituição, que tão ultrajada e atacada tem sido ultimamente. -----

Também no dia 12 de dezembro, faz 40 anos que existiram as primeiras eleições autárquicas livres. -----

É importante que as populações tenham uma voz ativa, uma voz própria, independentemente terem opiniões e poder executá-las, é isso que a nossa Constituição nos dá, autonomia do poder local, autonomia do ponto de vista da sua ação política e das populações. -----

Entendemos que os 40 anos deviam ser registados com um significado e sugerimos que o Executivo juntamente com a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, fizesse algo que tivesse em consideração as duas datas.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Estamos de acordo com a proposta apresentada, mas acrescento mais dois considerandos: -----

O que tínhamos antes do 25 de abril era o Poder Local, um Poder Local muito centralizado como alguns pretendem atualmente, amarrá-lo ao Poder Central, é um processo que se verifica em Portugal e no resto da Europa. -----

O Poder Local democrático não surgiu com a Constituição, surgiu logo após o 25 de abril e algumas figuras que estão ali representadas na nossa sala, foram figuras que tiveram um papel fundamental na destruição do Poder Local fascista e instauração do Poder Local democrático, esse Poder Local democrático, permitiu às autarquias terem autonomia e ter finanças próprias, que é isso que lhes dá uma certa dinâmica. -----

Esta gente que esteve na instauração do Poder Local democrático, fê-lo nas comissões instaladoras, muitos deles já não são vivos, mas ainda há alguns vivos, merecem também o nosso respeito, porque foram eles na base do trabalho que fizeram, que depois as diversas leis que deram origem ao Poder Local democrático, foram implementadas. -----

Nesta recomendação, penso que não nos devemos esquecer essa gente e englobá-los nalguns festejos que se venham a realizar a nível da câmara.” -----

Intervio **Pedro Gonçalves**: “Irei votar favoravelmente a recomendação, porém, gostaria que pudesse ser feito algum debate da atualidade da nossa Constituição, é sempre bom nestas datas mais redondas, poder ponderar, poder analisar, poder refletir e tirar ilações.” -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO -----

A proposta de recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Seguidamente **Pedro Gonçalves** apresentou a seguinte Recomendação: -----

Recomendação ao Executivo Municipal -----

«Revisão do regulamento e implementação do Conselho Municipal de Juventude» -----

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais; -----

É do conhecimento desta assembleia, que a 16 de novembro de 2004, entrou em vigor o regulamento interno do conselho municipal de juventude do Entroncamento. -----

Porém a sua existência não é uma realidade. -----

Depois da entrada em vigor do documento, aprovado em 2004, foi aprovada uma lei que cria o regime jurídico dos conselhos municipais de juventude, assim como uma revisão da mesma, ficando o regulamento desatualizado, e aquém das leis em vigor. (Lei 6/2009 de 18 de fevereiro e lei 6/2012 de 10 de fevereiro) -----

Constatada esta realidade, impõem-se a revisão do regulamento. Com a revisão deste, o mesmo deverá ser implementado no nosso Município. -----

Com a implementação do conselho municipal de juventude, a nossa autarquia poderá dar voz à juventude desta cidade, assim como proporcionar uma cidadania ativa nas camadas mais jovens. -----

A cidade necessita da juventude, assim como a nossa juventude necessita de uma cidade mais atrativa, que lhes adequue condições de vida adaptadas às suas necessidades. -----

Para continuar a crescer, o Entroncamento precisa que a juventude crie laços com a nossa cidade, que no momento da partida sintam vontade de regressar, acrescentando valor à nossa cidade. -----

Os municípios e todas as suas instituições públicas devem promover o diálogo, estimulando a intervenção de todos os cidadãos e cidadãs, só assim conseguiremos obter uma democracia viva e eficaz. -----

Os últimos resultados eleitorais alertaram-nos, deparados com a percentagem realizada por parte da comunidade mais jovem ao nível da abstenção, relembro, mais uma vez, que a juventude não deve passar à margem do nosso município, ela também é parte do mesmo. -----

Diversos municípios já implementaram os seus conselhos municipais de juventude, comprovando que com isso conseguiram obter, por parte da juventude, uma cidadania mais ativa. -----

Nesse sentido, e com o intuito de promover a cidadania ativa por parte dos nossos jovens, assim com a sua intervenção cívica e a participação relevante nas políticas do Entroncamento, recomendamos a revisão do regulamento do conselho municipal de juventude, assim como a sua implementação logo que o mesmo seja publicado. -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves**: “Relativamente a esta recomendação ela é pertinente, concordamos com o seu conteúdo, obviamente que a camada jovem é sempre motivo de preocupação por todos nós. -----

Da pesquisa que fizemos, verificamos que desde 2009 quando surgiu esta questão dos Conselhos Municipais de Juventude e que já anda a algum tempo para ser posta em prática, desde o anterior executivo. -----

Conhecendo nós as preocupações que o Presidente do Executivo tem com estas questões da juventude, muito nos fez admirar que de facto não estando esquecido, já é tempo de pegar. -----

A Presente recomendação vem no momento certo, até porque o executivo, se a informação que temos não nos falha, assinou um protocolo para uma casa da juventude e isso revela bem as preocupações que o executivo tem com esta situação. -----

O anterior executivo tinha também algumas preocupações relativamente a esta situação, foi feito regulamento e depois não se deu andamento e é bom que este executivo agora e temos a certeza que o irá fazer, tomar em mãos este assunto. -----

Pensamos nós também, que seria bastante benéfico e positivo que todos nós pudéssemos contribuir com algumas propostas e penso que o executivo estará recetivo a elas.” -----

Interveio **Luís Grácio**: “Queríamos congratular-nos com a iniciativa do executivo em criar a casa da juventude, foi uma reivindicação do Bloco de Esquerda durante anos e que o PSD sempre nos acusou de querermos catequizar a juventude, como se fosse possível catequizar a juventude. -----

Esperamos que os jovens tenham algum espaço para eles próprios, porque cada vez mais, os jovens em Portugal estão cada vez mais afastados nomeadamente da participação cívica, já não falo da participação política. -----

Concordamos, congratulamo-nos e vamos votar a favor da recomendação.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “Cá estamos novamente num tema recorrente, que já discutimos algumas vezes, voltamos a discutir e acho muito bem. -----

Uma resenha histórica: -----

Há uns anos atrás a bancada do Partido Socialista referiu-se ao tema do Conselho Municipal da Juventude, lembro-me que trouxe para a reunião todas as atas das reuniões havidas do Conselho Municipal de Juventude até ao momento. -----

O Município do Entroncamento foi um dos primeiros a ter Conselho Municipal de Juventude ativo, as Associações Juvenis e as Associações de Juventude na altura, muitas delas, não vinham às reuniões e isso está nas atas. O órgão deixou de funcionar e quando veio a nova lei dos Conselhos Municipais de Juventude, lembro-me que a Associação Nacional de Municípios se opôs veementemente, porque entendia que tinha a ver com uma questão financeira, era entendido que os Conselhos Municipais de Juventude podiam ter responsabilidades, ou seja, podiam seguir políticas de juventude e nisso influenciava orçamentos e, portanto, a Associação Nacional de Municípios era totalmente contra. -----

Aconteceu posteriormente que essa questão financeira foi posta de parte e houve concelhos que não queriam Conselhos Municipais de Juventude porque nela tinham assento juventudes partidárias e entendiam que juventudes partidárias já podiam estar representadas em órgãos como a assembleia municipal e que, portanto, não deviam estar nos órgãos, deixaram andar e não implementaram o Conselho Municipal de Juventude.

Acontece que o Conselho Municipal da Juventude está na Lei, é para implementar, nós já o trouxemos cá durante este mandato a esta assembleia a solicitar ao executivo que iniciasse os procedimentos para convocar o Conselho Municipal de Juventude, isso não aconteceu. -----

Acabámos agora de saber pela senhora deputada do PS, que o município vai ter uma casa da juventude, é uma simpática notícia ao Bloco de Esquerda que durante anos andou a pugnar por uma casa da juventude no Entroncamento, permitam-me que diga, eu ainda sou jovem e não sinto necessidade nenhuma de ter uma casa da juventude, se a casa da juventude é aquilo para que estava idealizada e que era solicitada na altura, não sei agora quais são os contornos da casa da juventude, mas era para ter uns computadores e um bar, não fazia sentido nenhum. -----

Há dois anos atrás houve eleições, o Partido Socialista tomou posse do executivo, ainda não pôs o Conselho Municipal de Juventude a funcionar, não sei porque será, mas ainda vamos a tempo até ao fim do mandato, vamos aguardar.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Esta questão do CDS vale o que vale. -----

O mais importante para que os jovens cheguem a estes órgãos, é as forças políticas abrirem-lhes o espaço para eles estarem presentes nestes órgãos. -----

A segunda questão, ou com casas da juventude, ou com outras instituições nesta área, o mais importante é os jovens participarem nas coletividades, nas atividades da câmara e chamá-los porque a democracia participativa aprende-se.” -----

Referiu **Carla Roma**: “Não era para intervir, mas como se falou na casa da juventude, só para prestar alguns esclarecimentos, porque me parece que há alguma confusão em volta disto. -----

Para quem não sabe, a célebre casa da juventude que se tem falado recentemente é uma das iniciativas do Projeto CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social, recentemente aprovado para o município do Entroncamento e que tem contado e espera continuar a contar com o enorme apoio da Câmara Municipal do Entroncamento, que é parceira nesta iniciativa. -----

O projeto - CLDS para quem não sabe, tem como entidade coordenadora a Associação de Lares Ferroviários, como entidades executoras o CERE a Santa Casa da Misericórdia e a ENCOPROF e portanto, tem no município vários parceiros que com eles esperam trabalhar ao longo dos próximos três anos. -----

É nesse âmbito que surge a casa da juventude que conta com o apoio da câmara municipal e com certeza que a equipa do CLDS recentemente constituída, terá todo o gosto em explicar ao senhor José Baptista e a toda a gente que tenha curiosidade em saber o que é que se faz numa casa da juventude, que tem muito mais a ver com outras atividades do que apenas a utilização de computadores.” -----

Fernanda Alves referiu: “O meu filho mais jovem muitas vezes queixa-se que de facto há necessidade de haver mais atividades para os jovens. -----

Respondendo ao senhor deputado José Baptista, é certo que ainda não fizemos tudo o que o anterior executivo não fez, quando referiu que ainda vamos a tempo, penso que sim, ainda vamos a tempo. -----

O atual executivo tem esta preocupação em mente, quando diz que já estamos há dois anos em funções, é um pouco caricato dizer isto, depois das explicações que deu, também não houve tanta vontade para avançar com esta questão pelo anterior executivo, quando o regulamento interno do Conselho Municipal de Juventude foi aprovado em assembleia municipal em 25 de setembro de 2004.” -----

Respondeu **José Baptista**: “A senhora deputada disse que em 2004 aprovamos o regulamento em assembleia, claro e então? -----

Foi em vigor do município liderado pelo PSD nesta casa, não havia nenhuma lei que obrigava, foi uma vontade da própria câmara, sinceramente que não percebi.” -----

VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO -----

A recomendação apresentada pelo Centro Democrático Social, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Pedi a palavra **Pedro Gonçalves**: “Antes de ler a moção queria fazer um pequeno contexto: -----

O que me preocupa não é o grito dos corruptos, dos violentos, dos desonestos, dos sem caráter, dos sem ética, o que me preocupa é o silêncio dos bons, esta frase foi proferida por Martin Lutherking e não querendo eu apropriar-me dela nem o CDS, não queremos ficar em silêncio e por isso trazemos esta moção para que possa mostrar a indignação da nossa sociedade, misturar religião com política, não é, nem nunca será uma boa ideia. -----

Relembro que esta moção, é uma moção que pretende o repúdio deste tipo de atitudes e não contra ninguém em particular, passo a ler: -----

MOÇÃO -----

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais; -----

Uma nação é muito mais do que o seu presente. Uma nação é o resultado da soma do seu passado, da sua cultura, da sua história. A história e a cultura portuguesa, estão bastante ligadas à cultura cristã, e é algo que não se pode deixar de considerar. Em Portugal vigora uma lei, a lei da liberdade religiosa, Lei n.º 16/2001, de 22 de junho, que foi revista pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. -----

A referida lei, revista e atualizada, tem no seu Artigo 7.º o Princípio da tolerância. -----

Os conflitos entre a liberdade de consciência, de religião e de culto de uma pessoa e a de outra ou outras resolver-se-ão com tolerância, de modo a respeitar quanto possível a liberdade de cada uma. -----

Existe também uma expressão sábia, “que a nossa liberdade acaba, quando começa a do outro”, que se deve ter em conta nas nossas intervenções cívicas, políticas e no percorrer da nossa vida.-----

A experiência vivenciada em países como a França, com as publicações do Charlie Hebdo e as suas consequências, deveriam ter nos feito refletir a todos, que com liberdades exacerbadas podemos obter consequências extremadas. -----
Esta moção ganhou a sua importância e relevância com a chegada de um cartaz partidário, que mistura uma figura religiosa e uma lei recentemente aprovada. Isto é o mesmo que misturar água com azeite, não se misturam. Ou pelo menos não deviam. -
Com esta moção não se pretende limitar a liberdade de ninguém, pretendesse sim salvaguardar a liberdade de todos, assim como manter o bom relacionamento entre os vários intervenientes na sociedade. -----
Nesse sentido, esta Assembleia considera uma atitude repudiável, todo e qualquer ato de propaganda partidária que ponha em causa a cultura e a história do nosso povo, assim como qualquer slogan partidário que seja suscetível de ferir a liberdade religiosa, ou moral da nossa sociedade. -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “Lamento que se misture as ideias do Lutherking com aquilo que vem aqui, acho que é de muito mau gosto, aliás o Charlie Hebdo exprimiu livremente o seu pensamento e por isso, teve as consequências. -----

É verdade o que diz aqui, misturar política com religião dá no que dá, é um facto, essa liberdade assiste-nos, a Constituição da República permite-nos isso, a República Portuguesa é uma República laica, a Constituição da República é uma constituição progressista e laica e como tal, nós portugueses podemos ser católicos, podemos ser protestantes, podemos ser ateus, isto é o nosso País e é assim que estamos bem. -----

Se o Bloco de Esquerda quis exprimir de alguma forma alguma ideia, que exprime dessa forma essa ideia, agora vir aqui censurar isto, não, é que estamos a misturar política com religião. -----

Penso que a maior parte dos católicos não se vão indignar com a imagem deste cartaz.” -----

Inteiveio **Luís Grácio**:” Há aqui um equívoco nesta moção, esta moção fala de um cartaz publicado, o único cartaz publicado é este, que o ofereço ao senhor deputado Pedro Gonçalves. -----

O que estamos aqui a falar é de uma coisa que não existe, estamos a falar em primeiro lugar de uma frase que não é do Bloco de Esquerda, é uma frase internacional dos movimentos pela igualdade, é uma frase que foi divulgada, nomeadamente no Canadá, por igrejas evangelistas. -----

A própria comunicação social já começou a divulgar o que é que se está a passar, o único cartaz que existe é este, não há mais nenhum cartaz, a outra informação está a ser comunicada nas redes sociais. -----

O senhor António Ferreira levantou aqui uma questão que é pertinente e que tem a ver com as conclusões que esta moção retira com as consequências das publicações nomeadamente do Charlie Hebdo, ou seja, a conclusão que se tira é que as pessoas têm que se autocensurarem, mas a censura é uma coisa que existe há muitos anos. -----

O cartaz que existe é sobre a igualdade, são três bonecos esquemáticos com crianças e adultos, não tem mais nada, são famílias diferenciadas e de facto, elas existem. -----

O respeito que devemos ter por essa diferenciação que existe na nossa sociedade, leva-nos a ter abertura de espírito e não tacanhez de espírito.” -----

Inteiveio **António Ferreira**: “Lamento aquilo que ainda agora ouvi aqui: “ele não é católico” lamento esse tipo de preconceito. -----

Apetece-me dizer: “quem dá com uma mão, tira com a outra” e aquilo que nós assistimos é um ato de vingança quer sobre o PCP, quer sobre o Bloco de Esquerda. -----

Esta questão de viabilizarmos, de participarmos, uma viabilização de um governo PS e estarmos a destruir uma contrarreforma que foi feita pelo PSD e CDS-PP, isto trás represálias desta ordem. -----

O Bloco de Esquerda pode ter a certeza disto, nós temos assistido nos últimos tempos a situações destas, não nos demitimos dos nossos direitos e das nossas liberdades. -----

Respondeu **Pedro Gonçalves**: “Nunca pensei mas vou citar: “Marisa Matias ex-candidata Presidencial do Bloco de Esquerda, cito, “*Acho que saiu ao lado da intenção do que se pretendia. Foi um erro.*” -----

Um ateu nunca critica uma ideologia nem deveria de atacá-la, é o que diz os manuais dos ateus. -----

Não fui eu que publiquei o cartaz, não fui eu que foi para as redes sociais e muito menos fui eu que foi para a esquerda publicar este mesmo cartaz que iria sair no próximo fim-de-semana em forma de cartazes de colar para as ruas, a informação é pública e foi dada pelo Bloco de Esquerda. -----

Não percebo nem quero entrar em discussão com o que foi dito pelo senhor António Ferreira, de quem é ou deixa de ser. -----

Martin Lutherking era um cristão assumido independentemente da sua convicção, quando ele falou que não queria ficar calado e o CDS apoderou-se um pouco hoje porque não pode ficar calado. -----

Só quem não viu as últimas 24 horas da comunicação social, é que não se apercebe que há um movimento de indignação nacional com isto, mas as pessoas é como eu costumo dizer: *só se vê o que se quer ver.* -----

É de lamentar mesmo, que os preconceitos ideológicos que possam ter sido trazidos para aqui, estejam a cima de uma história, que é a história de Portugal. -----

Portugal foi fundado com bases católicas ou cristãs, é fundamental, um povo sem história não é nada, porque se não tem história não sabe o seu passado e só sabendo o nosso passado é que podemos olhar para o nosso futuro. -----

É lamentável o facciosismo das esquerdas, neste momento não admitirem, a Marisa Matias citou que era um erro, há que dar a mão, assim conseguimos chegar às outras pessoas, imiscuir a política com a religião, foi o que o Bloco de Esquerda fez, não foi o CDS-Entroncamento simplesmente apelou para um sentimento de repúdio que é generalizado.” -----

Referiu **José Baptista**: “Eu sou católico. A única coisa que me chateia é a cor-de-rosa a mais no cartaz, gozar é um ato típico de quem não tem mais nada que fazer senão gozar. -----

Graças a Deus que sou católico, os católicos são uns tipos porreiros, não costumam rebentar bombas à bruta quando nos atacam ou ofendem. -----

Isto não é nenhuma montagem, eu nunca vinha para aqui falar disto porque acho que isto é um assunto estúpido, que acho que não tem dignidade para chegar aqui, isto não é nenhuma montagem, isto é, da esquerda.net, que é o site oficial do Bloco de Esquerda, este cartaz está na rua porque vi-o ontem em Lisboa. -----

Isto é tão estúpido, tão disparatado, que não tem nível para ser aqui discutido.” ---

Proseguiu **Fernanda Alves**: “Brincado um pouco com a situação, dizer ao senhor deputado José Baptista, se o fundo da fotografia fosse cor de laranja, gostava mais. -----

Relativamente ao assunto, não me choca, também sou católica, respeito quem não o é, não nos choca o conteúdo desta moção. -----

Choca-me um pouco, no último parágrafo, considera uma atitude repudiável, todo e qualquer ato de propaganda partidária, penso que isto é uma questão da tolerância e da sociedade em geral, e portanto, gostaríamos que este assunto não estivesse aqui tão refletido, os slogan partidários e outros e propomos que seja retirado.” -----

Pediu a palavra **Mário Rodrigues**: “Estamos porventura perante um facto político da maior importância nos dias de hoje que se passa no mundo e designadamente na Europa no que concerne às mais amplas liberdades democráticas, aliás, esta é uma das questões que está no centro do debate político, muito embora não seja visível. -----

As mais amplas liberdades e os estados laicos das repúblicas e não só do centro da Europa, continuam em discussão, são com estes princípios da tolerância, são com estas pequenas coisas, que a direita tenta invadir devagarinho de forma a que as restrições das mais amplas liberdades democráticas sejam porventura cerceadas.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “Acho que já se discutiu bastante e por vezes quando a discussão é colocada em patamares que retiram a visibilidade, acabamos por entrar em questões um bocado estéreis. -----

Trazer para aqui que a Marisa Matias tem esta opinião ou aquela, alguém retirou das minhas palavras que eu possa ter uma opinião diferente da dela? -----

Independentemente da opinião que eu possa ter, e devo dizer, que pessoalmente nem devia ter acontecido, mas o problema não está aí, o problema é estarmos a censurar uma atitude livre, que no fundo o que ele pretende fazer, aquilo que chamam de cartaz, não é cartaz, o objetivo fundamental é divulgar a existência de uma igualdade. -----

Conjunto de famílias que estava ostracizada, ignoradas, com um risco inclusivamente das crianças perderem o pai ou a mãe poderem ser institucionalizadas porque não tinham outra possibilidade, isso ficou resolvido, quando nós resolvemos um problema de uma família não devemos ficar satisfeitos? -----

O objetivo fundamental desta campanha de igualdade é mesmo esse, não tem objetivo nenhum, nem de denegrir a imagem dos católicos, nem de outras religiões, pelo contrário. -----

Volto a referir, acho grave que uma assembleia tome a iniciativa de repudiar uma liberdade crítica que qualquer pessoa pode ter, recordam-se do preservativo no nariz do Papa, de um cartoonista do Expresso. O Papa Francisco ainda há pouco tempo disse para usar o preservativo por causa do Zica, parece que a igreja está a evoluir mais depressa do que os outros.” -----

Proseguiu **Marco Geração**: “A minha intervenção é uma exaltação à República, a uma República humanista, um estado laico que nasceu do sangue de muita gente para que não houvesse dogmas como estes atrás de nós.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A moção apresentada pelo Centro Democrático Social, foi rejeitada por maioria. –
Passou-se de seguida ao período de antes da ordem do dia. -----

Pediu a palavra **Pedro Gonçalves**: “No seguimento da iniciativa que o CDS tem do Entroncamento o Cidadão, de ouvirmos permanentemente os nossos cidadãos, tenho algumas questões que quero aqui levantar e ver esclarecidas: -----

Existem algumas ruas que estão em péssimo estado, como a rua Alexandre Herculano, rua Porfírio Rodrigues, rua José Afonso, rua D. Carlos, entre muitas outras, para quando uma solução? -----

Recebemos também uma queixa acerca do jardineiro chefe, ou o responsável pela parte da Junta de Freguesia de S. João Baptista, que no Jardim Serrão Lopes, foi confrontado um cidadão do Entroncamento com palavreado pouco adequado quando passava com a sua filha e quando estamos a falar de um palavreado pouco adequado,

estamos a falar de palavrões e asneiras. Esta atitude não é digna de quem trabalha no Município e muito menos de um chefe. -----

Um outro alerta e acerca disto, é a falta de uso dos EPI – Equipamentos de Proteção Individual pelos trabalhadores da câmara, talvez por falta de fiscalização dos seus superiores, mas cabe à entidade patronal fazer cumprir essa regra e nesse sentido, gostaria de ver os funcionários da câmara a usar os seus EPI porque acredito que eles não estejam em falha e deve haver um kit de EPI para cada um. -----

Também fomos confrontados com trabalhos de alguns funcionários com condições ingratas e até perigosas, em que estava um funcionário em cima de uma pá de retroescavadora a cortar árvores. -----

Também fomos confrontados por um cidadão que nos alertou, que alguns dos TURE que foram usados para a deslocação de crianças no Carnaval, não estão equipados com o sistema de retenção adequados. Não sei se é verdade, não averigui, mas queria que isso ficasse ciente e se pudesse tomar alguma posição e ser informado do mesmo. -----

Fomos também informados por um encarregado de educação, que os detetores de incêndio da escola EB Ruy D`Andrade, estão tapados com as tampas técnicas, ou seja, se houver um incêndio só quando as tampas técnicas derreterem é que o alarme vai tocar, estamos a falar de uma escola, convinha que as tampas técnicas fossem retiradas. -

Fui informado que iremos perder uma empresa com alguma dimensão da nossa zona industrial. -----

É de lamentar que a zona industrial continue com os terrenos um pouco elevados face às concorrentes zonas industriais da zona e vamos perder uma empresa que se calhar é capaz de ser a segunda ou terceira maior empresa que labora na zona industrial.

É urgente a estratégica de desenvolvimento da nossa zona industrial, como já aqui disse. -----

Queria falar do Pavilhão Municipal, porque começa a haver uma necessidade grande de uma manutenção profunda ao pavimento, assim como a reparação da cobertura, continua a chover lá dentro e qualquer dia vamos precisar de um novo pavimento que é muito mais caro que a manutenção.” -----

Intervio **João Canaverde**: “É sabido que a FIRST RULE, empresa concessionária da rede fibra ótica no Entroncamento, concessão que inclui as infraestruturas de telecomunicações, que fazem parte as condutas e as tampas, tem em Tribunal uma ação, ação essa que o nosso município é parte interessada, que permitirá que os municípios sejam efetivamente remunerados pela utilização dessas infraestruturas por parte dos diversos operadores de telecomunicações. -----

Na referida ação, é reclamada a posse das condutas de comunicações que contrariando o que a PT assume e afirma, não consta do contrato de venda à PT pelo Estado Português da rede de comunicações. -----

O Município do Entroncamento, como todos os outros municípios reclame e assume a posse dessas condutas que não são tituladas pela PT. -----

Contudo, estranhámos verificar agora, que na nossa zona industrial estão a ser colocadas tampas nas condutas com o logotipo da PT, substituindo as tampas que haviam desaparecido. -----

Dar à PT o direito de colocar o seu material pedindo ou permitindo essa colocação, poderá naturalmente pôr em causa a legítima pretensão do nosso município, penalizando gravemente o nosso concelho e conseqüentemente os nossos munícipes. ----

Não querendo acreditar que se está a deitar por terra o esforço que foi apreendido pela autarquia, muito menos que o executivo vai desistir do reconhecimento de um

direito que beneficiará a população e não só a câmara, aguardam-se os devidos esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara para esta estranha situação.” -----

Referiu **Kelly Silva**: “Falando ainda da zona industrial, a bancada do PSD vem por este meio, fazer voz ativa dos empresários da zona industrial. -----

Efetivamente a zona industrial encontra-se ao abandono, os empresários encontram-se pouco apoiados, se formos dar uma volta pela zona industrial facilmente isso é verificado, temos postes de luz baixos, correndo o risco de um camião danificar a energia elétrica, as ervas são mais que muitas e do tamanho de pessoas o que verifica um abandono que não devia acontecer, o lixo de vários dias, tampas de cimento no passeio elevadas, propício à queda de pessoas que já aconteceu, sinalética ilegal, os empresários estão com muita vontade e muita necessidade de ter as suas empresas sinalizadas para assim ajudar os futuros clientes a chegar ao local que pretendem, mas de facto a sinalética não está legal. -----

Penso que há aqui uma forte necessidade de a câmara intervir e também há uma grande vontade por parte dos empresários de apoiarem e de contribuírem. -----

Temos conhecimento que houve uma visita da câmara à zona industrial, que teve conhecimento que efetivamente os empresários estavam com vontade e queriam participar nesta situação de poder contribuir para que a zona industrial ficasse mais estruturada, mas até agora não tiveram resposta. -----

Não estamos a falar de gastar mais dinheiro ao executivo camarário, mas estamos a falar sim de um apoio que tem de vir da câmara, ou seja, organizar, estruturar, tentar encontrar uma solução para dinamizar e mesmo os contributos por parte dos empresários têm que partir da câmara municipal. -----

É isto que queríamos apelar em nome de todos os empresários do Entroncamento, em nome da população do Entroncamento e em nome da nossa zona industrial, que acho que merece isso e acho que é justo.” -----

José Baptista referiu: “Dois assuntos finais. -----

O primeiro tem a ver com o solicitar ao executivo informações se estão a ser tomadas algumas medidas de acalmia de trânsito e de regresso à normalidade e à legalidade, sobre alegadas corridas de carros que ocorrem na zona norte da cidade, nomeadamente na estrada da Barroca, na zona da Soladriho e portanto, perceber o que é que o município está a fazer a nível de acalmia de trânsito, para perceber se há medidas a serem tomadas de forma competente, ou se continuamos a olhar para o lado e a responder no Facebook. -----

Por último, há umas reuniões de câmara atrás, deu-se um episódio caricato que foi chamar a legalidade à ilegalidade, ou seja, a reunião de câmara foi convocada dentro do tempo e os documentos que deveriam ser enviados com 48 horas de antecedência, não o foram. -----

A senhora vereadora do PSD chegou à reunião de câmara e disse que os documentos não tinham sido enviados atempadamente e o senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião, até aqui, cumpriu-se o que devia ser cumprido. -----

Estranho é, que depois, vem um titular do executivo para o Facebook escrever uma coisa tão bonita quanto esta: “*Sai mais uma senha de presença para a vereadora*” –

Este órgão é o órgão fiscalizador do que faz o executivo, o que nós estamos a falar é uma rede social que os cidadãos têm, porque se não isto não aparecia aqui, um titular do executivo, vem escreve que uma vereadora chamou uma ilegalidade e disse que aquilo que se estava a passar não era legal e fez com que o executivo voltasse atrás e recuperasse um procedimento que estava errado, e a única coisa que apraz ao senhor vereador do executivo dizer que sai mais uma senha de presença para a vereadora, como

se o problema disto fosse as senhas, o problema disto não é as senhas senhor vereador, quer a senha de hoje? Eu dou-lhe a senha de hoje, quer a senha da senhora vereadora daquela reunião, eu dou-lha. -----

Quando nós tentamos fazer política com assuntos técnicos que tem que ser cumpridos, aqui já estamos muito mal, muito mal mesmo e esta assembleia que serve para fiscalizar o executivo, serve para dizer o bem e serve para dizer o mal, e aqui serve para dizer o que é que aconteceu.” -----

Intervio **Telma Jorge**: “Queríamos dar conhecimento a esta assembleia do projeto-lei apresentado pelo PCP, que retoma a conceção de serviço público no regime jurídico das Estradas Nacionais. -----

A Lei nº34/2015, de 27 de abril, que aprovou o novo estatuto das estradas da rede rodoviária nacional, veio na altura alterar o regime jurídico aplicável às estradas nacionais na sequência da proposta de lei apresentada pelo então governo PSD/CDS-PP.

O PCP já na altura votou contra e manifestou oportunamente as suas preocupações de fundo relativamente a esta proposta na sequência do seu carácter instrumental porque consagra um modelo de maximização de receitas à custa dos cidadãos e dos serviços públicos e porque também no nosso entendimento, se abriu caminho a uma nova estratégica de entrega da rede viária nacional aos grupos transnacionais, num tipo que nós apelidamos de “PPP de nova geração”. -----

Nestes termos, os deputados do Grupo Parlamentar do PCP, apresentaram agora este projeto-lei, que refere no primeiro artigo que é ditado o ponto número 7 ao artigo 63º da Lei nº 34/2015, e passo a ler o nº 7: -----

“São isentas de quaisquer taxas as obras de captação e distribuição de água, recolha, tratamento e rejeição de efluentes e recolha, transporte e deposição de resíduos sólidos urbanos da competência das autarquias locais, designadamente, a instrução dos processos, a emissão de pareceres, a realização de vistorias extraordinárias e revalidações de licença ou autorizações, a ocupação ou utilização da zona da estrada, a ocupação e utilização da zona de servidão non aedificandi.” -----

Prossigui **António Ferreira**: “Três questões breves que prejudicam os municípios e o nosso, são coisas que vêm do tempo do PS que não foram bem resolvidas e que continuam por resolver. -----

A questão do FAM, as câmaras continuam a financiar este Fundo de Apoio aos Municípios, alguns municípios estão em dificuldade, e chamar à atenção, que até ao momento não há nenhum processo concluído, as câmaras aplicam este dinheiro que está na mão do Estado e depois o Estado não o aplica onde o devia aplicar, ou para aquilo a que o fundo foi destinado. -----

Há dois anos que estamos à espera dos financiamentos dos Fundos Comunitários, pequenas e médias empresas financiamento zero, autarquias zero, empresas de maior dimensão alguns milhões residuais, é uma vergonha aquilo que se está a passar, nunca aconteceu com nenhum quadro comunitário, aquilo que se está a passar neste momento.

Passámos anos de crise, queremos retomar a economia, é fundamental o financiamento. -----

IMI e DERRAMA, o Estado neste momento, tem milhões de euros que devem às autarquias, por via de quê? O Estado, pelos contribuintes que se atrasam, levam juros de mora, juros esses que não são do Estado, são das autarquias.” -----

Concluiu **Luís Grácio**: “Quería apresentar uma sugestão ao executivo de ponderar a possibilidade de colocar uma rampa de acesso ao mercado municipal, na entrada que dá para a Praça Salgueiro Maia. -----

Há pessoas com muita dificuldade em trazerem os carrinhos de apoio, pessoas idosas, muitas dificuldades em descer aquelas escadas, já várias vezes ajudei muitas pessoas, que é o meu dever, mas acho que era importante a câmara olhar para isso.” -----

Esgotado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao público presente, não tendo havido ninguém interessado em intervir. -----

Seguidamente foi concedido um intervalo de um minuto, para possibilitar a mudança do ficheiro de gravação da sessão. -----
Retomados os trabalhos entrou-se na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS

PONTO NÚMERO UM

PROPOSTA DE VALORIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS – ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO

Pedi a palavra **Marco Geração**: “A bancada do Bloco de Esquerda congratula-se com a valorização que foi feita em relação às infraestruturas. -----

Creio que isto foi algo que ficou do anterior executivo que não chegou a concluir as negociações, que naquela altura, creio que eram piores para a câmara, o executivo soube dar a volta e resolver a questão e tendo em conta estes argumentos, iremos votar favoravelmente.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Nós vamo-nos debater com a questão de obtenção das rendas para determinadas infraestruturas que temos no concelho. -----

Agora aparece esta questão das águas, mas vai-se pôr a questão futuramente com a EDP, os contratos estão a findar e é necessário renegociar. -----

Não estou de acordo com aquilo que foi dito pelo Bloco de Esquerda. -----

Nós não temos os cadastros e os levantamentos exaustivos deste tipo de estruturas, temos os depósitos, os coletores principais que estão também em infraestruturas em alta, elas não estão aqui, não sabemos quantos metros ou quilómetros é que temos. -----

Estarmos a fazer um acordo que se fala em determinada altura de antecipação das receitas, não concordo com isto, e mais, há uma intenção por parte do PS, pelo menos foi aquilo que foi proposto nas eleições, a quem votou neles, que era voltar a trás na questão da empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo e todos os Agrupamentos que foram criados a nível do País, reverter todos esses processos. -----

Porque é que estamos a dar força neste momento a fazer contratos com as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, temos algum interesse nisso? -----

Acho que o PS estava de boa fé quando prometeu reverter todo este processo. -----

O PCP apresenta na Assembleia da República uma questão, que é impossibilitar que os privados continuem com concessões, privatizações nesta área, pois o serviço prestado às populações é muito mau.” -----

Continuou **António Miguel**: “O PSD através do senhor deputado José Miguel, congratulou-se na presente sessão com o início das obras da ETAR e assim sendo, com certeza que se vai congratular com a presente proposta. -----

Fazendo um breve resumo relativamente a esta temática, de início existiram dois contratos, o contrato de abastecimento de águas com cedência de três reservatórios e o contrato de recolha de afluentes com a cedência de duas estações elevatórias e duas ETAR`s. -----

A compensação financeira à autarquia, ficou por definir apesar de estar sobre a responsabilidade das Águas do Centro desde 2009, pasme senhores deputados, que a

entidade concessionária é que ficou com a responsabilidade de valorizar as infraestruturas recebidas. -----

Numa primeira avaliação por proposta de 28 de janeiro de 2013, no valor global de 529 mil euros, o atual executivo naturalmente rejeitou esta avaliação, passando depois por um difícil processo negocial para 901 mil euros. -----

Com a extinção, entretanto, das Águas do Centro, no final apurou-se um ganho de 371 mil euros e ainda com a possibilidade de antecipação das rendas, de forma a liquidar a totalidade da dívida e subscrever ações das Águas de Lisboa e Vale do Tejo. –

Os danos não ficaram circunscritos, apurou-se ainda no saneamento faturado, por causa das garantias dos caudais mínimos, no valor de 542 mil euros, acrescidos dos respetivos juros de mais 22 mil euros. -----

O contrato era tão destroço que até a eletricidade dos equipamentos cedidos, era suportada pelo município no valor de 128 mil euros. -----

Assim sendo, o Partido Socialista congratula-se com a gestão da coisa pública, séria, rigorosa e competente que uma vez mais é demonstrada pela excelente equipa que o senhor Presidente da Câmara lidera e que permitiu poupar aos cofres do município até à presente data, não contando com potenciais ganhos futuros, a módica quantia de 1.065.000 euros.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “Realmente não havia nenhuma inscrição para intervenção, não fosse o Partido Socialista querer meter a foice. -----

Estavam à espera que o PSD interviesse para poderem falar, já não é a primeira vez que o fazem. -----

Nós vamos votar a favor desta proposta porque é boa para o município. -----

O assunto das águas nesta assembleia já foi várias vezes afluído, dizendo-se que se fez um contrato no passado, que era muito dispendioso, mas nunca ninguém disse quais eram as contrapartidas, nunca aqui veio ninguém do atual município, dizer que uma das contrapartidas era a construção na íntegra da ETAR nova para o Entroncamento, só vieram dizer que havia custos. -----

Como isso não interessa, agora renegociou-se o contrato e é tudo mais barato. -----

O senhor Presidente da Câmara do Entroncamento, é também Administrador não Executivo, do Sistema Multimunicipal de Águas e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e portanto, consegue ter uma capacidade de conhecimentos da área muito maior, para conseguir fazer este tipo de contratos, como é óbvio, e se consegue melhorar a situação contratual do município, acho muito bem, não há vergonha nenhuma em dizê-lo. -----

Se o contrato é bom para o município, muito bem, que seja bem feito, agora, não vale a pena vir dizer que estava mal no passado, mas não é capaz de vir dizer o que estava bem e porque é que se fez aquilo, qual é que era a situação, porque não havia possibilidades de o município construir uma ETAR e com as Águas conseguiu fazê-lo.”-

Referiu **Manuel Martins**: “Também não era para falar, mas como me custa ouvir certas coisas, vou ter que colocar algumas questões, que com certeza não vão ficar sem resposta, porque há aqui alguém que quer ser sempre o último a falar e depois de eu falar, vai pedir de novo a palavra. -----

O senhor José Baptista indignou-se tanto com uma mensagem no Facebook por causa de uma senha, mas não se indignou com o que foi trazido agora aqui, que é o facto do PSD, durante o seu executivo, pura e simplesmente ter ignorado um contrato que havia com as Águas do Centro, deixando que o município pagasse a eletricidade para a retirada das águas dos furos que concessionou, fechando os olhos a um contrato em benefício claríssimo das Águas de Lisboa e Vale do Tejo. -----

Esqueceu-se de apreciar o que o seu Partido não fez, claramente uma questão que poderá ser avaliada como uma gestão danosa, pode ser que haja alguém que ainda vá tentar perceber porque é que isto aconteceu e haja consequência quanto a isso.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um, “**Proposta de Valorização de Infraestruturas – Águas de Lisboa e Vale do Tejo**” foi aprovado por maioria, com vinte votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de freguesia e três votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PROPOSTA DO REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DE APOIOS A ENTIDADES E ORGANISMOS -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Da análise do regulamento que nos foi enviado, duas dúvidas: -----

A primeira é perceber porque é que não foram aceites as propostas que foram feitas pelo União Futebol do Entroncamento, certamente não terá sido só pela meia hora de atraso no envio da proposta, deve haver outra razão qualquer. -----

O documento é um documento único e sendo certo que ele se vai focar em várias áreas de intervenção, cultural e desportiva e havendo questões que são muito focadas por exemplo na parte desportiva, em que tem diretamente relação com jovens federados, compreender da parte do município qual é que é a disponibilidade para com este regulamento, perceber se ele pode ser desdobrado em regulamentos para a área cultural, ou criar hipóteses para os eventuais apoios a conceder a sociedades na área cultural, na área recreativa, estes são quase todos para a área desportiva. -----

Perceber se faz sentido este regulamento avançar porque é necessário e importante, ou é melhor criar um regulamento e todo ele com todas as áreas abrangidas e delimitá-las bem, ou a partir deste regulamento criar três regulamentos para áreas totalmente distintas que são por exemplo a área do teatro, ou a áreas dos jovens federados numa qualquer modalidade desportiva.” -----

Prossigui **Telma Jorge**: “Tendo em conta que nós não vamos inviabilizar este regulamento, nem vamos exigir alterações de fundo, deixávamos aqui algumas questões que até podem ser tidas em conta numa próxima revisão ou alteração. -----

Existem três artigos que na nossa opinião suscitam algumas questões que é o artigo 7º, 13º e 20º. -----

No artigo 7º, que trata dos Critérios de Avaliação e Seleção das Candidaturas, não dá claramente para analisar com rigor que era imposto nesta situação, se os critérios deviam ser aqueles e por aquela ordem e essencialmente pelo seguinte: -----

Na nossa opinião alguns são subjetivos por exemplo: -----

Interesse na promoção do desporto específico objeto da iniciativa a apoiar; -----

Caraterísticas dos escalões etários envolvidos; -----

Tipo, natureza e especificidades da (s) modalidade (s) abrangida (s); -----

Outros que nós não entendemos muito bem, com por exemplo o Regime de prática, regular ou pontual, em que se levanta a questão: É mais importante que o regime da prática seja regular, ou é mais importante que seja pontual? -----

Outros achamos também confusos, afinal o que é mais importante, o interesse na promoção do desporto específico ou o número total de participantes abrangidos, federados ou não federados? -----

No artigo 13º no ponto 3, temos novamente referência a critérios, que talvez estejam corretos, mas, na nossa opinião, podem ser alvo de contestação, a função das

entidades, isto é, os clubes com maior dimensão terão um ponto de vista e os de pequena dimensão outro. -----

O artigo 20º é mais um que trata de critérios, e aqui colocamos a seguinte questão relativa ao critério: A qualidade do projeto apresentado pela entidade, se uma entidade apresentar um projeto muito bem feito e elaborado por um técnico e outra tiver um projeto bem mais importante, mas que não está tão bem elaborado, são questões que deixamos. “-----

Continuou **José Leote**: ”A bancada do Partido Socialista está de acordo que se crie este regulamento de apoio às entidades e organismos do concelho, porque clarifica muito as regras que as associações devem ter com a câmara. -----

Vivemos durante muitos anos com um regulamento que nunca foi praticamente utilizado, não havia sequer um júri e, portanto, este regulamento vem permitir que ao haver um júri que deriva das associações. -----

Este regulamento tem três coisas bastante boas, em que pode apoiar as associações em termos da aquisição de viaturas, que é uma coisa nova e que não existia e que é muito importante. -----

Por outro lado, clarifica também muito, quando as associações entram em contacto com a câmara para algum apoio, exige um conjunto de procedimentos que é fundamental ter para haver algum equilíbrio, que as associações tenham um plano de atividades, relatório de atividades, relatório de contas, que agora são obrigatórios apresentar e que anteriormente não era exigido. -----

Clarifica muito os critérios dos apoios aos clubes, na aquisição de viaturas, os transportes fornecidos pelas autarquias e também os apoios monetários que são fundamentais e decisivos para a vida dos clubes. -----

Não concordo com a visão do PSD de que se separe uma associação cultural de uma associação desportiva, difere o âmbito, a vida das associações são parecidas, ambas têm um fim, que pode ser teatro ou pode ser andebol, mas a forma de gerir são similares.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “Tinha algumas questões a colocar, mas a intervenção do senhor Leote esclareceu algumas das dúvidas. -----

Tanto quanto sei, foi consensual em todas as associações este regulamento, por isso, não há-de ser assim tão mau, como algumas pessoas o tentar fazer parecer. -----

Só para frisar, é diferenciar aquilo que não é igual e é apoiar aquilo que realmente necessita de mais apoio, por isso o meu voto será favorável.” -----

Manuel Martins referiu: “Levantou-se a questão porque é que uma proposta apresentada pela União que entrou fora de prazo e não foi considerada. -----

Do conhecimento que tenho essa proposta foi considerada, porém, não foi aceite porque essa proposta significava a criação de três regulamentos distintos, um para a entidades de fins desportivos, outro para fins sociais e outro para fins culturais. -----

Obviamente que estes critérios de avaliação da qualidade do projeto, etc., serão avaliados por um júri, uma vez que existe um júri que é composto por membros da câmara e das associações, sendo os critérios analisados com algum cuidado.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois, “**Proposta do Regulamento para Concessão de Apoio a Entidades e Organismos**”, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----
ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS E ALTERAÇÃO DA TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS -----

Pedi a palavra **Manuel Martins:**” Esta alteração é o resultado de um processo de análise e de estudo comparativo com os concelhos limítrofes e alguns não limítrofes e disto resultou uma mudança do paradigma, uma vez que se acabou com as isenções, tanto na isenção da taxa da publicidade, como nos 50% nas taxas de ocupação do espaço com mobiliário para empresas com faturação inferior a 250 mil euros. -----

Acaba-se com a isenção, mas por outro lado, opera-se aqui uma enorme descida de taxas, como por exemplo a taxa de ocupação de espaço aéreo com toldos, que tem uma redução de mais de 50%, com 21 cêntimo por metro quadrado. -----

A isenção dos anúncios luminosos ou iluminados, cuja intenção como é bom de se perceber, é tentar que a nossa cidade tenha mais brilho, mais luz. -----

A ocupação do solo por mesas e cadeiras, que nós conhecemos por esplanadas, foi alterado totalmente, em vez de haver duas taxas sobre o mesmo espaço que era os estrados e as mesas e cadeiras, passou só a haver uma taxa e muito mais baixa, 1,15 euro por metro quadrado. -----

Os mupis que tem uma redução drástica, de 823,27 euros, para 200 euros, é uma diferença considerável. -----

A publicidade nos veículos também teve um decréscimo em 50%. -----

Ficámos com uma tabela de taxas que é a mais baixa ou equivalente aos valores mais baixos dos municípios envolventes.” -----

Intervio **Marco Geração:** “ A bancada do Bloco de Esquerda valoriza positivamente a proposta, é uma proposta que trás algumas mudanças, para a qual a vereação do Bloco também tentou contribuir. -----

Não me vou alargar muito mais, porque o deputado do PS já sintetizou quais é que são as alterações, no entanto, queria perguntar como é que está o estudo que permite fundamentar a proposta de alargamento do período de estacionamento gratuito no parque subterrâneo para os 45 minutos.” -----

Continuou **Telma Jorge:** “Só dizer que da nossa parte também sentimos que contribuimos para este novo regulamento, no sentido de ele trazer alguns critérios mais justos e levantados por nós ao longo de algumas assembleias.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “**Alteração ao Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas e Alteração da Tabela de Taxas e Licenças Não Urbanísticas**” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo oito votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Social Democrático e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Não votou o deputado do Partido Socialista, António Rodrigues, por se encontrar ausente momentaneamente da sala. -----

Seguidamente, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, concedeu um intervalo de cinco minutos. -----

Retomados os trabalhos, entrou-se no ponto quatro da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----
ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – RMUE -----

Pedi a palavra **Luís Grácio** que apresentou a seguinte proposta de emenda ao ponto número quatro: -----

Proposta de Emenda à Proposta de alteração ao RMUE do Entroncamento -----

Considerando que: -----

- a) A Câmara Municipal do Entroncamento aprovou a Proposta de alteração ao RMUE do Entroncamento, que submeteu à aprovação da Assembleia Municipal do Entroncamento; -----
- b) A proposta de RMUE em aprovação, para além das adequações legais à evolução do regime jurídico da urbanização e da edificação, introduz alterações substanciais no que concerne às coberturas dos edifícios; -----
- c) No RMUE em vigor existe um especial cuidado na regulamentação da cobertura dos edifícios, visando garantir uma adequada inserção dos edifícios e evitar a adoção de soluções que ponham em causa a qualidade urbanística com a adoção de soluções não características da região e que poem em causa o equilíbrio e critérios mínimos de coerência de aspetos exteriores do edificado; -
- d) Por isso, o artigo 19.º do RMUE em vigor impõe um conjunto de limitações às soluções arquitetónicas para a cobertura dos edifícios e para o aproveitamento de sótãos, desta forma promovendo a coerência e qualidade urbanística. Evita-se ainda o aproveitamento desenfreado dos índices de edificação, que sempre tendem a degradar a qualidade das soluções arquitetónicas e urbanísticas; -----
- e) Acresce que existe um especial cuidado com as regras de privacidade para com prédios vizinhos, e bem assim com as necessidades de assegurar a salubridade da utilização dos edifícios; -----
- f) Saliente-se que o artigo 19.º do RMUE, ainda assim, apresenta alguma flexibilidade, que aliás se demonstra adequada, permitindo desvios à regra em função de disposição diversa do PMOT (ver n.º 1 *in fine*, assim permitindo soluções diversas num contexto de coerência urbanística e territorial) e em casos justificados em moradias (n.º 2); -----
- g) A atual redação do artigo 19.º do RMUE assegura assim, de forma eficiente, os desideratos a que se propõe; -----
- h) A proposta de RMUE agora presente à deliberação da Assembleia Municipal, é uma proposta que encerra a liberalização e a desregulamentação destes aspetos, o que parece desadequado, limitando-se a regulamentar no seu artigo 30.º, que se transcreve, o aproveitamento de sótãos; -----
- i) Impõe-se assim alterar esta norma, retomando a disciplina jurídica em vigor; ---
- j) Todas as propostas apresentadas pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal podem por esta ser livremente alteradas, com exceção das previstas no artigo 25.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, havendo assim para a Assembleia Municipal um “direito de emenda” como bem sublinha o Professor Doutor Cardoso da Costa in "As Assembleias Municipais e a Reforma do Poder Local" -Atas do Seminário do dia 26 de Maio de 2012 - Mirandela, Braga, 2013, pp. 87/88, AA. VV,; -----
- k) É legalmente admissível, nas matérias previstas no artigo 25.º, n.º 1, alínea g) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, alterar as propostas da Câmara Municipal (artigo 25.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro **a contrario sensu**). -----

Nestes termos, os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda para a Assembleia Municipal do Entroncamento propõem que a Assembleia Municipal do Entroncamento delibere, ao abrigo artigo 25.º, n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro *a contrario sensu* que seja o artigo 30.º da Proposta de alteração ao RMUE do Entroncamento passe a ter a seguinte redação: -----

“Artigo 30.º

Coberturas e aproveitamento de sótãos

1 – Na ausência de regulamentação em Plano Municipal de Ordenamento do Território vigente, as coberturas dos edifícios e o aproveitamento de solos regem-se pelo disposto nos números seguintes; -----

2 – As coberturas inclinadas deverão ser projetadas de modo a que a parte superior da cumeeira não se situe a uma altura superior a 3,00 metros em relação ao piso da laje de esteira; -----

3 – A altura do beirado, junto ao plano vertical das fachadas, no sentido do escoamento, não deverá exceder 0,50 metros, relativamente ao piso da laje de esteira, com exceção do caso de moradias em que poderão ser admitidas outras soluções arquitetónicas devidamente justificadas; -----

4 – Será permitido o aproveitamento de sótãos para usos não habitacionais, podendo esses espaços ser destinados aos fogos dos pisos inferiores, não sendo possível, em nenhum caso, constituir frações autónomas; -----

5 – Nos casos de cobertura inclinada com zonas em terraço deverão ser observadas as seguintes regras: -----

a) A parte em terraço não deverá exceder 20 % da área total da cobertura nem um terço da frente junto às fachadas; -----

b) Na transição com edifícios confinantes, deverá ser garantida uma faixa com cobertura inclinada com a largura mínima de 3,00 metros; -----

6 – As platibandas ao nível da cobertura deverão obedecer às seguintes regras: -----

a) A sua altura não deverá exceder 0,50 metros acima do piso da laje de esteira exceto em situações pontuais devidamente justificadas sob o ponto de vista arquitetónico; -----

b) Nas coberturas em terraço acessível será admitida a colocação de gradeamentos de proteção acima da altura definida na alínea anterior; -----

c) O seu balanço não deverá ultrapassar 0,30 metros do plano vertical da fachada ou do balanço máximo definido para as varandas; -----

7 – Nas construções com telhado, este não poderá ter grande inclinação como é característico das construções do Norte da Europa, não sendo ainda permitida a colocação em pontos visíveis na via pública de trapeiras ou mansardas, a não ser que essas janelas se justifiquem como complemento arquitetónico apreciável; -----

8 – Não será permitida a existência de beirados que lancem as águas pluviais diretamente sobre a via pública.” -----

Continuando, **Luís Grácio** referiu: “O que nos levou a apresentar esta proposta de emenda à proposta apresentada, tem a ver com a retirada de um artigo que achamos fundamental do RMUE, que é o artigo 19º, o qual regula e equilibra de certa forma, os aspetos arquitetónicos relacionados com o processo construtivo do Entroncamento. -----

O RMUE é um regulamento bastante antigo no Entroncamento, há outros mais antigos no país, no Entroncamento a última alteração que teve foi em 2008, mas neste caso concreto esta alteração em certa medida no nosso entender, vai desvirtuar,

digamos, que a virtude que o próprio RMUE tinha do ponto de vista da regulamentação da edificação no Entroncamento. -----

O próprio artigo 19º, ele é muito generoso nas exceções, se repararem e nós fazemos referencia a isso, ele faz um conjunto de exceções relativamente às imposições que coloca e imposições que têm a ver em certa medida com um certo equilíbrio do próprio regulamento, a unidade intrínseca ao regulamento, critérios de uniformidade, critério únicos que só as exceções é que poderão eventualmente levar para fora do que ele propõe e evita uma liberalização nomeadamente à construção dos telhados, nós não somos um país nórdico, temos características específicas da nossa arquitetura, e inclusivamente encerra em si um conjunto de questões técnicas, nomeadamente da privacidade da vizinhança, salubridade e parece-nos um artigo equilibrado que em si próprio encontra soluções para situações diversas e não generaliza em certa medida uma certa desregulamentação relativamente à arquitetura da edificação no Entroncamento, daí a razão de apresentarmos esta emenda e que a assembleia a vote favoravelmente.” ---

Interveio **José Baptista**: “No seguimento do e-mail que o senhor Presidente da Assembleia enviou aos deputados da assembleia sobre o pedido de parecer que foi solicitado sobre este tipo de matéria, o Bloco de Esquerda remeteu logo de seguida um parecer que já tinham sobre a mesma matéria, precisávamos saber se entretanto já foi recebido aquele parecer solicitado, sobre a possibilidade das assembleias municipais alterarem como por exemplo neste caso, os documentos em sede de análise da assembleia municipal, ou ter que o voltar a enviar para a câmara municipal?”-----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Na sequência da última assembleia, na reunião da comissão permanente, o entendimento da mesa é que em relação a todas as matérias que vêm da câmara para serem aprovadas, a leitura que a mesa faz, é que exceto aquelas matérias que consideramos a reserva da câmara municipal são intocáveis, nós temos que aprovar ou rejeitar conforme ela está, em todas as outras propostas que não cabe no artigo da reserva, sempre foi claro que a assembleia municipal pode promover alterações. -----

Para que essas alterações sejam consideradas, têm que ser apresentadas e respeitar aquilo que vem no Código do Procedimento Administrativo, com pelo menos com 48 horas de antecedência. -----

Continuo a dizer, que entendo que a posição da mesa é a correta neste assunto. –

Enviei o pedido de parecer para a CCDR, ainda não veio o parecer, assim que vier enviarei a todos vós para conhecimento.” -----

Referiu **Pedro Gonçalves**: “Seria de bom tom nós sabermos se vamos votar em alternativa ou não a proposta apresentada.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, informou que será feita a votação em alternativa. -----

Continuou **António Ferreira**: “Este assunto já foi alvo de observações por parte da inspeção de adequar o nosso regulamento à legislação, isto foi aconselhado em 2009/2010, como recomendação, entretanto, já saiu o Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, o que o torna ainda mais desatualizado. -----

Estamos perante uma situação um bocado complicada, por um lado, a urgência na aprovação deste regulamento e por outro lado, algumas dúvidas que nós temos. -----

São documentos muito extensos, nós analisamos isto com técnicos e não tivemos capacidade para ver o documento como deve ser, socorremo-nos de algumas pessoas para nos darem ajuda, inclusivamente de alguns autarcas que já passaram pela câmara e que têm algum conhecimento disto, refiro-me a um autarca que temos muito apreço, que é o Martins Jorge, que sabe destas coisas e nos dá algum apoio. -----

Para votarmos em consciência, também temos que ter algumas respostas aqui. ---

O artigo 28º dos Corpos Balançados dos Edifícios, a que é que se deve a alteração para o limite de 1,20m em vez de 1,50m que estava no anterior regulamento no artigo 17º, porque é que se diminuiu, eu até compreendo, é mais seguro esta redução. -----

O artigo 29º Alteração de fachadas, o novo texto é menos restritivo no que se refere a equipamentos, ar condicionados e outros, o porquê disto? -----

O artigo 30º Aproveitamento de sótão, qual a razão de terem retirado quase todos os itens, que constavam no artigo 19º do anterior regulamento? -----

Isto mexe com uma questão que para nós tem muita importância, que é os chamados “duplex à lá *Entroncamento*” eu até compreendo isso, mas estamos a viabilizar uma situação que foi feita ilegal na altura. -----

O artigo 31º Construção de anexos, porque é que eliminou a altura máxima de 4 metros, que estava prevista no artigo 20º do anterior regulamento? -----

O artigo 32º Muros de vedação, quais as justificações para alterar as alterações apresentadas no artigo 21º do anterior regulamento? -----

Gostávamos de ter algumas respostas em relação a isto para podermos votar em consciência. -----

Quanto à proposta do Bloco de Esquerda, não é muito diferente daquilo que existia no regulamento anterior. -----

Fazia uma proposta, que era isto não ser aprovado agora, ir aos serviços técnicos e os serviços justificarem isto tudo, porque a gente pode não estar a ver os problemas e as consequências disto.” -----

Continuou **Pedro Gonçalves**: “Tal como a CDU, também me socorri de alguém para poder orientar no voto. -----

Nós temos um Gabinete Técnico composto desde arquitetos a engenheiros que nos dão apoio e que referem que este regulamento se encontra dentro do normal e que vai ao encontro do manual de boas práticas da reedificação urbana e que vai de encontro a estas novas alterações. -----

Porém, algumas ressalvas que gostaríamos de fazer na questão da privacidade, mas que fica salvaguardado aqui por um dos pontos. -----

Por mim, não me parece nada de transcendente as alterações que foram feitas e tal e qual, como o senhor António Ferreira disse, socorreram-se de pessoas e eu também o fiz, vamos votar favoravelmente.” -----

Interveio **Fernanda Alves**: “O Partido Socialista também analisou, mas ficamos algo surpreendidos com todo este processo e inclusivamente com a proposta do Bloco de Esquerda, espero não melindrar ninguém e vou explicitar o porquê. -----

Este é um regulamento que tinha de ser alterado, todo este processo começou por uma inspeção em 2010 relativamente ao RMUE, que não estava de acordo com a legislação vigente, isto ainda no anterior executivo. -----

Colocou-se a questão de se mexer no regulamento, pô-lo de acordo com a legislação em vigor e no dia 14 de maio iniciou-se todo este processo, foi em 19 de maio foi presente o início do procedimento e foi em reunião de câmara aprovado por unanimidade. -----

Posteriormente elaborou-se a minuta da publicitação, esteve a colher contributos durante 30 dias no site do município, não houve qualquer contributo, quer de munícipes, quer de partidos com assento neste executivo. -----

Voltou novamente a reunião de câmara em 16 de novembro de 2015, mais uma vez foi aprovado por unanimidade. -----

Foi publicado em Diário da República, foi publicado no Boletim Municipal, foi colocado no site do município e, entretanto, a 13 de janeiro de 2016, foi prestado pelos serviços administrativos a seguinte informação: “Decorrido o prazo de 30 dias em que o projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e tabela de taxas esteve em consulta pública, informo que estes serviços não têm conhecimento de ter sido apresentada nenhuma sugestão”. -----

Volta novamente a reunião de câmara a 18 de janeiro de 2016, e mais uma vez, ficou em discussão pública durante 30 dias para poder ser enviado a esta assembleia. Nesta reunião foi aprovado por maioria com o voto contra do PSD e a abstenção do Bloco de Esquerda, já houve aqui uma alteração no sentido de voto. -----

A 2 de fevereiro foi remetido este regulamento para os serviços jurídicos para afinar algumas pequenas incorreções e solicita-se novamente a aprovação do regulamento em reunião de câmara de 15 de fevereiro de 2016, que o aprovou novamente com os votos contra do PSD e do Bloco de Esquerda, agora já conta, sem qualquer contributo. -----

Depois de todo este processo demoroso, chegamos aqui à assembleia, não houve qualquer contributo e agora surge esta proposta que a bancada do Partido Socialista tem alguma dificuldade e estranhou o porquê desta proposta. -----

Em nome da bancada do Partido Socialista, pedia ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que concedesse a palavra ao senhor Presidente da Câmara, porque nós precisamos de perceber se estamos errados ou não, com todo este resumo que aqui expôs.” -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “Gostava que a senhora deputada Fernanda Alves especificasse mais a estranheza, se fosse possível.” -----

Respondeu **Fernanda Alves**: “Nós de facto, enquanto assembleia, temos autoridade para discutir estes assuntos e alterar caso seja pertinente. -----

A nossa estranheza é que, depois de todo este processo, da discussão pública, da alteração constante do sentido de voto do vosso vereador, é um contrassenso, não se apresenta contributos ou questão, pressupunha-se que chegando a esta assembleia as coisas estivessem sanadas.” -----

Referiu **Luís Grácio**: “A estranheza não consigo entender, a não ser que pressuponha que haja alguma coisa de malévolo, não consigo encontrar estranheza, apesar de na última reunião de câmara, o Carlos Matias se ter pronunciado porque é que estava contra e fez referência ao artigo 19º inclusivamente. -----

O que se coloca aqui, é a preocupação do Bloco de Esquerda relativamente ao equilíbrio urbanístico na cidade, sabendo nós, que o artigo 19º e volto a referir para não haver dúvidas, ele insere em si, um conjunto de exceções que lhe permite ter maleabilidade para as situações que forem surgindo, não se compreende porque é que ele é erradicado! -----

A questão técnica que aqui está, é uma salvaguarda do ponto de vista da estabilidade urbanística, do equilíbrio urbanístico, da salubridade relativamente a vizinhança, etc. porque coloca um conjunto de regras que não podem ser ultrapassadas, só em situações excecionais, se nós estamos a retirar essas limitações, estamos a generalizar o que devia ser uma exceção, isso é que é errado. -----

Não vejo qual é a motivação que leva a retirar aquele artigo, não há nada no Entroncamento que aquele artigo tenha evitado.” -----

Continuou **António Ferreira**: “Nós temos que assumir algumas responsabilidades e há aqui gente de determinadas forças políticas que queriam ver como é que foram votados alguns duplexes, que há aí pelo Entroncamento. -----

Qualquer aproveitamento desse tipo chamado duplex, tem um aumento da pressão nas infraestruturas nas ruas e locais, tem também mais habitantes do que supostamente era para aquela zona. -----

Gostava que algumas forças políticas aqui, tivessem em conta como é que votaram alguns edifícios e como é que deram autorizações de habitabilidade, mas também digo que a população comprou gato por lebre e a câmara foi conivente com os construtores.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “Seria também interessante que num registo de podermos todos encontrar as melhores soluções, que essas propostas quando fossem entregues, também fosse dado conhecimento à câmara para poder preparar uma informação ou esclarecer antes da reunião as dúvidas que existiriam, por exemplo, as dúvidas apresentadas pelo senhor António Ferreira, se as tivesse colocado antecipadamente, obviamente que teria uma resposta mais fundamentada. -----
Relativamente às questões que colocou, são questões meramente técnicas, que têm a ver com melhoria da segurança, por exemplo o artigo 29º é de facto menos restritivo, mas é menos restritivo para ser cumprido, porque, conosco os regulamentos são para serem cumpridos. -----

Reportando à questão principal, o artigo 19º do atual regulamento, o artigo 30º do novo regulamento, se o senhor deputado do Bloco de Esquerda também nos fizesse chegar a proposta para podermos discutir esta questão, tê-lo-íamos informado das questões. -----

Começando pela origem desta revisão do regulamento: *impõem-se aos órgãos do município do Entroncamento o dever de aprovarem o novo regulamento municipal em virtude da implacabilidade em determinadas situações do publicado em 13 de março de 2008*, isto consta do relatório da IGAL produzido em 2009. -----

A resposta do município em princípios de 2010: “*Estão neste momento os serviços a proceder à sua elaboração, cuja concretização se prevê para muito breve*” foi a resposta enviada a 24 de março de 2010, nós não recolhemos qualquer evidência que estivesse a ser elaborado qualquer alteração ao regulamento e isto parece-nos grave.

Nós iniciámos o processo que foi bastante longo, na medida que se iniciou em maio, teve vários momentos logo a partir de junho, foi dado início formal ao procedimento, foi afixado como manda a lei no site que estávamos a dar origem a essa alteração ao regulamento, para quem quisesse dar opiniões, sugestões para que esse regulamento fosse construído. -----

Trabalhámos o regulamento na perspetiva no cumprimento estrito da lei e na definição de um regulamento das boas práticas construtivas, para evitar aquilo que já aqui foi referido e está à vista de muita gente, fomo-lo fazendo sem qualquer contributo, de nenhum membro desta assembleia, de nenhum membro do executivo, de nenhum município, em vários momentos estes documentos estiveram em discussão pública e estamos a falar de maio até ao presente, não houve qualquer sugestão. -----

Este regulamento apenas incide sobre as regras construtivas, não faz aumentar nem diminuir os índices e, portanto, isto é uma tentativa de criar aqui uma dimensão ou um contexto que não faz qualquer sentido. -----

Esta proposta do Bloco de Esquerda tem duas dimensões, uma que é a questão dos 3 metros, que na proposta do Bloco de Esquerda, o número 2 do artigo 30º, que era o antigo número 1 do artigo 19º, tem esta redação: “*As coberturas inclinadas deverão ser projetadas de modo a que a parte superior da cumeeira não se situe a uma altura superior a 3,0 metros em relação ao piso da laje de esteira.*” Vou deixar este aspeto para o fim e vou-me pronunciar sobre os outros, os outros estarem aqui ou não, é como

o melhoral, há aquela expressão de que o *melhoral não faz bem, nem faz mal*, não são muito relevantes estarem aqui porque todas estas matérias estão reguladas no Regime Jurídico de Urbanismo e Edificação e no Regulamento Geral de Edificação e Urbanização e, portanto, não fazem qualquer sentido estarem aqui. -----

Quanto à questão do ponto 2 da proposta do Bloco de Esquerda, se o senhor deputado tivesse vindo ter connosco, conjuntamente com os serviços técnicos, explicaríamos que isto é um erro, é um erro crasso que já não existe em qualquer regulamento e pode procurar nos regulamentos que quiser que não encontra, não tem nada a ver com a inclinação dos telhados, nem tem nada a ver com os duplexes que o senhor deputado António Ferreira já aqui referiu. -----

Nós procuramos fazer um regulamento que cumpra a legislação, que seja um bom instrumento para garantir adequadas técnicas de construção e esta claramente que é um erro e é uma ilegalidade e, portanto, não podemos aceitar essa proposta.” -----

Interveio **José Baptista**: “Analisando a ata da reunião de câmara do que aconteceu nos últimos tempos, aliás, este assunto veio mais do que uma vez à reunião de câmara e até por um pedido de esclarecimento de um município que veio a uma reunião de câmara, ouvi aqui uma série de considerandos sobre a legalização que está neste artigo 19º e eu precisava que o senhor Presidente me explicasse quais é que são as alterações que têm consequências claras na realidade dos cidadãos para além das que resultam das alterações legislativas, ou seja, para além daquilo que são alterações legislativas normais da lei, o que é que efetivamente este regulamento vem alterar. -----

Em segundo, perceber da resposta que deu em reunião de câmara a duas cidadãs que vieram fazer perguntas sobre o assunto, qual é que é a relação deste regulamento, com as respostas dadas pelo senhor Presidente sobre um assunto específico.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Essa questão foi a reunião de câmara e está em ata. -----

Disse anteriormente, que as questões a colocar ao senhor Presidente da Câmara, fossem colocadas, estão colocadas no meu ponto de vista, se o senhor deputado entender que não satisfaz no seu sentido de voto ou orientação, lamento imenso, mas dei oportunidade para colocar as questões.” -----

Retorquiu **José Baptista**: “Uma assembleia faz perguntas ao senhor Presidente da Assembleia depois de o senhor Presidente da Câmara ter respondido às perguntas feitas, às quais o PSD não fez nenhuma porque entendeu que nesta questão técnica, havia os esclarecimentos que o senhor Presidente quis dar aqui e as informações dos serviços, aliás, sabendo que há questões técnicas, poderia ter trazido alguém dos serviços para as explicar, o senhor Presidente optou por o fazer e fez bem. -----

Depois das explicações do senhor Presidente da Câmara, surgem perguntas que é normal existirem, porque o que estamos agora a analisar é um artigo que se chama legalização. -----

O artigo 19º que se chama procedimento da legalização, é normal que se façam perguntas para saber que relação tem este regulamento, com o que houve na reunião de câmara, é lógico, é simples, não estou a perceber aonde é que recai o problema de esclarecimento.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “A única proposta que nós tínhamos aqui em discussão, tinha a ver com a alteração a um artigo que foi proposto pelo Bloco de Esquerda e em relação a esse assunto o senhor Presidente da Câmara já deu as respostas.” -----

José Baptista referiu: “Fiz duas perguntas explícitas e estou a perguntar se o executivo quer responder ou não, isto é uma assembleia que visa perguntar ao executivo o trabalho do executivo, mais nada.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que respondesse ao deputado José Baptista, tendo o senhor Presidente da Câmara pedido novamente as perguntas para esclarecer o deputado. -----

Referiu **José Baptista**: “Numa reunião de câmara há muito pouco tempo, como o senhor Presidente se lembra, porque não há assim tantas reuniões em que haja público a fazer perguntas, houve duas cidadãs que vieram à reunião de câmara fazer perguntas explícitas, sobre um edificado no Entroncamento que está ilegal, acho que não há grande dificuldade em saber do que estou a falar. -----

Houve duas funcionárias de um Hotel do Entroncamento, que vieram a esta casa perguntar qual é que era a situação da legalidade do edifício e nós hoje estamos a discutir um regulamento exatamente num artigo sobre legalidade. -----

O senhor Presidente da Câmara respondeu e muito bem que o assunto estava a ser tratado na câmara e nos órgãos autárquicos, a pergunta agora é: Este regulamento tem a ver com este assunto? Vai ter influência neste assunto?” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Este regulamento vai regular as situações para o futuro, nós precisamos de ter um regulamento em vigor, adequado à legislação e que dê cumprimento aquilo que a inspeção disse em 2009.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “Então é o senhor Presidente da Assembleia que me está a responder. -----

Este regulamento regula para futuro, não regula situações que aconteceram no passado.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “A minha proposta de votação se concordarem, é que votemos em alternativa. -----

A proposta que é apresentada pelo executivo como proposta A. -----

A proposta B será a proposta apresentada pelo executivo com a alteração do artigo 30º, que deixa de ter a proposta do executivo, passa a ser introduzido o artigo 30º que é proposto pelo Bloco de Esquerda.” -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA A -----

A proposta A **Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação**, foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, oito votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e três votos dos Bloco de Esquerda. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA B -----

A proposta B, foi rejeitada por maioria, com quinze votos contra, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, oito votos a favor, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e três votos dos Bloco de Esquerda. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Pedi a palavra **Fernanda Alves**: “O Partido Socialista regista com muito agrado e não pode deixar de enaltecer o excelente trabalho, que o senhor Presidente da Câmara e toda a equipa que o acompanha estão a desenvolver na recuperação financeira da autarquia. -----

É imperioso que a Câmara Municipal do Entroncamento volte a respirar, só assim conseguiremos enfrentar o futuro com esperança. -----

O que o relatório de acompanhamento do PAEL nos apresenta é uma excelente notícia para o Entroncamento e para os entroncamentenses. -----

Aquando do pedido de resgate da autarquia a dívida ascendia a cerca de 18 milhões de euros, hoje está reduzida a pouco mais de 11,5 milhões de euros, quer isto dizer, que em quatro anos baixou 6 milhões de euros, não tendo baixado mais, porque o Entroncamento foi obrigado a contribuir com cerca de 425 mil euros, para o Fundo de Apoio Municipal. -----

É importante referir ainda, que no início da vigência do PAEL, perante a gestão do PSD, a consolidação foi feita recorrendo ao aumento das taxas e tarifas suportadas pelas famílias. -----

Já nos anos de gestão do Partido Socialista, a consolidação está a ser feita a partir do controle da despesa e sem aumentos para a população. -----

Duas visões distintas que podemos retirar para resolver o mesmo problema, o PSD sobrecarrega os cidadãos, o PS salvaguarda os seus interesses. -----

Não precisamos de relembrar a esta câmara as dificuldades que fomos obrigados a suportar enquanto o PSD esteve nos destinos do país, tudo em nome da suposta redução da dívida e do défice públicos, falharam todos os objetivos, falharam todos os objetivos, mas as consequências da política desastrosa ainda cá estão e ainda todos a sentimos. ----

Felizmente que o Entroncamento agora é bem gerido e os dois exemplos de má gestão do PSD que demos antes, foram deixados de lado. -----

Mesmo com toda a contração que a economia sofreu, o nosso executivo está a baixar a dívida de forma substantiva, não precisou de aumentar as taxas e as tarifas dos cidadãos, aliás, fez essa opção, sabendo que estaria a contrariar o PAEL, mas consciente de que a sua decisão contribuiria para evitar sobrecarregar ainda mais os nossos munícipes. -----

De acordo com o resgate financeiro à autarquia pedido pelo PSD durante a sua gestão, as taxas e tarifas sobre os cidadãos, deveriam subir todos os anos. -----

Em 2013, as tarifas deviam subir 3% assim como as taxas e subiram, decisão tomada em reunião de câmara de 6 de maio de 2013, era então Presidente Jaime Ramos.

Em 2014, as tarifas deviam subir 1,5% e as taxas 15%, não subiram, já era Presidente o Dr. Jorge Faria. -----

Em 2015, deveriam subir mais 1,5% e 5% respetivamente e voltaram a não subir.

Para 2016, voltámos a não impor qualquer aumento às pessoas. -----

Devemos, no entanto, realçar, que o compromisso assumido pelo anterior executivo do PSD, previa um aumento de 3% nas tarifas e 5% nas taxas, para o corrente ano. -----

Ainda no que respeita aos impostos sobre a população, podemos dar como exemplo o IMI, assumimos baixar o IMI em 12,5% durante o mandato, com o orçamento para 2016, já baixámos 10% e reafirmamos o compromisso dos 12,5% até ao fim do mandato. -----

Afinal, é possível reduzir dívida, é possível pôr as contas em ordem sem subcarregar a população, sem deixar de investir na cidade e na melhoria das condições de vida e das nossas gentes. -----

Esta é a nossa análise que fizemos da informação do senhor Presidente.” -----

Prossigui **António Ferreira**: “Alertar mais uma vez para a questão da RESITEJO, a RESITEJO neste momento perdeu o contrato que tinha com o Ponto

Verde, neste momento estão umas dezenas de postos de trabalho em causa na RESITEJO. -----

A informação que foi dada na Câmara Municipal da Chamusca, a situação é tão grave que vão convocar uma assembleia para breve. -----

Gostava de saber aqui do nosso representante, qual é a situação real da RESITEJO em relação a essas questões. -----

Sobre a informação que nos foi prestada sobre a homologação das contas de 2011, penso que uma das partes que foram levantadas foram sanadas, que tem a ver com a falta de rigor nas contas que existiam no passado está sanado, mas tem duas questões que tem a ver com a RESITEJO. -----

Uma delas tem a ver com o plano de pagamentos que foi feito com a RESITEJO e a outra questão, tem a ver com a dívida da RESITEJO e ela contar, são situações que vêm do passado, não tem a ver com a atual gerência, mas convém sanar e queria saber se elas estão sanadas. -----

Nas recomendações ameaçasse aqui com a lei dos compromissos, que é uma lei que serve para obrigar as câmaras a cumprir com certas obrigações. -----

Depois tem a questão da dívida da RESITEJO, contar para efeitos de apuramento do montante da dívida da câmara municipal. -----

Em relação à ficha do município é extremamente importante para nós sabermos qual é a situação das contas do município. -----

De facto, a preocupação que tinha referido na última assembleia, sobre o período médio de pagamentos superior a 90 dias, neste momento desceu para os 84 dias. -----

Sobre a questão da redução do pessoal, penso que estamos a ir longe de mais, não sei se somos obrigados ou não, esta redução de 4,82%, a lei obriga a uma determinada redução e nós estamos quase no dobro dessa redução, se calhar há razões para isso. ---

A taxa de execução de receita, de facto está aqui apontada como uma situação negativa.” -----

Continuou **Kelly Silva**: “Já não era para falar, mas depois da intervenção da senhora deputada, fiquei até um pouco incomodada. -----

A senhora deputada fez grandes elogios e acho muito bem, está a defender o seu partido, mas antigamente era tudo mau e agora é tudo bom, antigamente geria-se mal, agora gere-se bem. -----

Queria dizer que a regra número um deste executivo era poupar, poupar. -----

Se efetivamente durante uma semana não comprar pão para a minha casa, eu tenho dinheiro no bolso, não tenho é comida para pôr na mesa. -----

Queria que fizessem um exercício, olhem para o Entroncamento e digam-me se o Entroncamento tem vida, o Entroncamento não tem vida. -----

Estamos a poupar, estamos a tirar aos cidadãos do Entroncamento a vida, é isto que acho importante, nós temos que olhar para as pessoas e não está a acontecer isso e atenção, estão tão cegos em poupar, poupar, que estão esquecidos do que é essencial. –

O Entroncamento não tem vida, o comércio não tem vida, a zona industrial não tem vida, o centro empresarial está cada vez mais degradado, não tem vida, a juventude não está a ser desenvolvida, não está a ser trabalhada nesse sentido. -----

A mim incomoda-me porque antigamente geriu-se tudo mal, gastou-se, gastou-se, agora poupa-se, poupa-se e nós olhamos para o Entroncamento e algo se está aqui a passar, estamos a poupar, mas estamos a tirar a vida às pessoas.” -----

Referiu **Marco Geração**: “Pegava aqui no tema da RESITEJO, de uma outra maneira, aprofundando um bocado a questão em dois pontos. -----

Primeiro, perceber qual é que será a sua natureza jurídica, e o seu futuro, o impacto ambiental e os direitos dos trabalhadores da RESITEJO. -----

Quem paga as dívidas da RESITEJO são as várias câmaras, como é que será paga no futuro se houver uma alteração da natureza jurídica? Existem duas soluções, ou tornamos a RESITEJO numa associação de municípios, ou então numa empresa intermunicipal e é diferente, por um lado seria a empresa pública, por outro seria semipública ou privada, como é que seria feita a sua gestão, a questão do enquadramento das dívidas. -----

Relativamente às questões ambientais, existem algumas preocupações que já me foram passadas, nomeadamente os camiões que largam líquidos dos resíduos, o ar nauseabundo para quem mora perto e depois as condições de trabalho que dão origem a muitos problemas de saúde, devido a várias questões de segurança que não estão a ser acauteladas. -----

Creio que existe uma falta de transparência na colocação de pessoal na RESITEJO, não sei se é verdade ou não, não fui verificar, mas existem rumores que o pessoal da RESITEJO é colocado na Junta de Freguesia da Carregueira a fazer trabalho para a junta de freguesia, o que é algo de estranho. -----

A RESITEJO é uma das principais poluidoras do rio Tejo. -----

Uma terceira pergunta, que gostava de ver respondida, é se no debate público sobre as regiões hidrográficas que ainda está em curso, e se no mapa de diagnóstico da área 5 que é a nossa área, se está devidamente sinalizado o foco de poluição da RESITEJO.” -----

Fernanda Alves referiu: “De uma certa forma compreendo esta forma de falar da senhora deputada Kelly, mas uma vez que se dirigiu diretamente a mim, é assim: -----

Obviamente que a preocupação do Partido Socialista com a gestão deste executivo, prende-se em primeira instância com as contas, não estou a dizer que não tenha razão nalgumas coisas que disse, a nossa preocupação momentânea é que as contas sejam equilibradas, para que depois possamos passar para a outra fase. -----

Neste momento o que nos preocupa, e temos que enaltecer o trabalho que está a ser feito, porque está visível este esforço que a câmara está a fazer para pôr as contas em dia. -----

Na informação do senhor Presidente, deparamo-nos com várias informações com processos, ações, inquéritos, e todas elas referem quem é o autor e quem é o réu. -----

Deparamo-nos no ponto 17 e que diz o seguinte: “Inquérito – Processo 510/10.1TAENT – Tipo de ação – Inquérito Comarca de Évora – Ministério Público – DIAP – 2ª Seção. -----

Estado do Pedido: Na sequência da acusação pelo Ministério Público, foi efetuada a constituição de assistente por parte do Município.” -----

Vejo que a câmara está como assistente neste processo, mas não vejo aqui que é o arguido e gostávamos de ter alguma informação sobre este assunto.” -----

Interveio **António Ferreira**: “Tenho o maior apreço pela senhora deputada Kelly, mas não posso admitir este tipo de declarações. -----

As câmaras ainda se encontram com as exigências que o governo PSD/CDS deixou, algumas delas não vão ser alteradas no orçamento, mas para além disso, a câmara do Entroncamento aderiu ao PAEL e o PAEL ainda tem mais exigências que a maior parte delas estão a ser cumpridas. -----

A redução da dívida é praticamente de 12%, mas o PAEL exige a redução anual da dívida em 10%, é que vai faltar dinheiro para outras coisas dessa forma. -----

Em relação ao pessoal, sei que está previsto na maior parte dos municípios uma redução de 2%, isto vai para além dos 2%, porque ao saírem funcionários, a lei não permite nalguns casos reduzi-los, ou os contratos temporários não é possível refaze-los e portanto, vai dar mais de 2%, por isso eu disse 4%. -----

O pessoal é o nosso melhor ativo nas câmaras municipais, o pessoal especializado é aquele que permite ter qualidade nos serviços.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “Pegando nas palavras do senhor António Ferreira e penso que em nome de todos, lembrar-nos do funcionário da câmara que faleceu recentemente de uma forma trágica, muito jovem ainda e que nos deixa bastante tristes. -----

Este é o sentimento de toda a assembleia, ficará registado em ata que lembrarmos do Tó Cardoso nesta assembleia.” -----

Respondeu o senhor **Presidente da Câmara**: “Este executivo nunca desenvolveu uma política da redução da despesa por reduzir, este executivo, tem procurado a par de uma gestão eficiente, eficaz e rigorosa, que não foi preciso nós termos conhecimento das reduções do Tribunal de Contas para nós fazermos as coisas como deviam ser, por regra da boa gestão. -----

Quando a senhora Kelly diz que o anterior executivo geria mal, eu aí só a acompanho, estou de acordo consigo, e acrescento: não geria mal, geria muito mal. -----

Quando a senhor deputada Kelly, refere um conjunto de avaliações da nossa cidade, só posso concluir que a senhora deputada não vive cá, porque a nossa cidade tem mais movimento, mais cultura, mais comércio, mais iniciativas, mais apoio social, mais apoio à população, tem uma redução maior para as famílias, porque aquilo que ouviu pode não ter gostado, mas as pessoas desta cidade gostam, porque pagam menos as faturas municipais, pagam menos impostos, têm melhor qualidade de vida, foram feitos investimentos no sentido da melhoria da qualidade de vida. -----

A senhora deputada Kelly, ou não anda atenta, ou não gosta de ouvir, acho que era um exercício de seriedade que devia fazer, era não ter esse tipo de intervenção que acho que não leva a nada. -----

A nossa estratégica enquanto executivo, é uma estratégica de fazer uma gestão rigorosa dos recursos, uma gestão para as pessoas e estamos a faze-lo. -----

Lamento que a senhora tenha essa visão, que é uma visão que nós não partilhamos e não está de acordo com a realidade. -----

Outro aspeto que referiu da zona industrial, que havia postes baixos, os postes baixos que lá estão eram do anterior executivo. -----

Neste momento há apenas um lote na zona industrial por vender que tem uma área reduzida. -----

Estamos a trabalhar no sentido de regularizar uma situação que o executivo anterior durante 12 anos não conseguiu regularizar, que é a chamada linha entre os lotes da zona industrial, onde era linha do caminho de ferro. -----

Estamos a promover que os lotes que não estão ocupados, sejam efetivamente ocupados, não estejam reservados para a especulação imobiliária, como o anterior executivo durante 12 anos, não foi capaz de fazer nada e a senhora vem dizer que a zona industrial está abandonada? -----

Ainda a semana passada tivemos uma reunião com vários empresários, estamos a trabalhar na área da sinalética que não foi feito nada em 12 anos que o anterior executivo aqui esteve. -----

Percebo que tenha tomado essa atitude, acho que não lhe fica bem, mas respeito obviamente. -----

Relativamente às questões da RESITEJO, o senhor deputado Marco Geração pergunta quem paga? Quem paga é a RESITEJO. -----

O facto de contar para o nível de endividamento das câmaras, não quer dizer que as câmaras tenham qualquer responsabilidade, é uma entidade jurídica que responde pelo seu património e nós só respondemos pela dívida relativamente àquilo que são as nossas quotas, ou àquilo que eventualmente e depende desta assembleia aprove a garantia de algum empréstimo, que eu saiba, não há qualquer garantia. -----

Respondendo claramente à pergunta, quem paga as dívidas da RESITEJO é o património da RESITEJO. -----

Se efetivamente há alguma situação que seja do seu conhecimento, como referiu que trabalhadores da RESITEJO estejam a prestar serviço na Junta de Freguesia da Carregueira, isso tem que ser denunciado publicamente, não podemos dizer que ouvimos dizer. -----

A RESITEJO é o maior empregador do concelho da Chamusca, mais do que a câmara municipal, da minha verificação no local, os funcionários têm boas condições de trabalho na RESITEJO e há uma preocupação em termos de dignidade dos trabalhadores, por exemplo todos os trabalhadores quando saem, deixam o fato de trabalho no serviço que têm meios de lavagem por causa de desinfetar. -----

Também sei que é uma empresa que tem resolvido de forma muito satisfatória, aquilo que são as necessidades dos concelhos no âmbito dos resíduos. -----

A minha avaliação global é positiva. -----

Em relação à questão colocada pela senhora deputada Fernanda Alves, de facto na página 39, há uma situação, nós não indicámos quem são os arguidos neste processo, por entendermos manter alguma reserva, mas se coloca a questão, direi claramente para que fique registado o seguinte: -----

Este é um processo que foi iniciado em 2010, uma investigação, que culminou com a acusação do Ministério Público como está aí escrito e neste momento em como nós nos constituímos como assistentes deste processo na sequência do despacho de acusação do Ministério Público para julgamento com intervenção do Tribunal Coletivo, sendo os arguidos acusados: -----

Senhor Jaime Ramos acusado pela prática como autor material e na forma consumada de um crime de prevaricação de titular de cargo público. -----

O arquiteto, anterior Chefe de Departamento, Silvino Santos, acusado pela prática como autor material e na forma consumada de um crime de abuso de poder. -----

O senhor Rui Domingos, acusado como cúmplice de um crime de abuso de poder, pela existência de eventuais ilícitos disciplinares que nos foram comunicados por este despacho de acusação do Ministério Público da Comarca de Évora, foi igualmente determinada a abertura de um processo disciplinar ao trabalhador Silvino Santos. -----

É esta a informação que completa aquela que não está presente no documento.” --

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando era uma hora e cinquenta minutos, do dia vinte e sete de fevereiro. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: